



ambilital

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



**continuamos
A CRESCER**

**RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS
EXERCÍCIO 2015**

Handwritten signature or initials in blue ink.

Índice

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	2
2.	ACTIVIDADE DA EMPRESA	3
3.	SISTEMA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS...4	
3.1.	Entrada de Resíduos no Sistema de Gestão de Resíduos da AMBILITAL	4
3.1.1.	Aterro Sanitário.....	6
3.2.	Saídas para reciclagem e valorização dos resíduos processados no Sistema de Gestão de Resíduos (SGR) da AMBILITAL	8
4.	OBJETIVOS, INDICADORES E METAS.....	10
4.1.	Objetivos Estratégicos	10
4.1.1.	Iniciativas de Carácter Estratégico.....	10
4.2.	Objetivos de Desempenho.....	11
5.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	12
5.1.	Elementos de informação económica/financeira	12
6.	MODELO DE CÁLCULO DOS VALORES DE CONTRAPARTIDA DA SPV	13
7.	RECURSOS HUMANOS.....	15
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	15
9.	INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	16
10.	EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO	16
11.	MENÇÕES FINAIS	17

ANEXOS

Relatório de Boas Práticas do Governo Societário

Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de Dezembro

Demonstração dos Resultados por Naturezas a 31 de Dezembro.....

Handwritten initials

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM foi constituída, nos termos da lei n.º 58/98, de 18 do Agosto, Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais – a qual foi entretanto revogada pela Lei 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei 69/2015 de 16 de Julho, que estatui o regime jurídico do sector empresarial local -, com o fim de gerir o Sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos urbanos da área territorial dos Municípios Associados da AMAGRA.

1. O capital social da AMBILITAL, integralmente realizado por ambos os sócios, é de três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000,00€), e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma com o valor nominal de um milhão, oitocentos e trinta e seis mil euros (1.836.000€), pertencente à AMAGRA - Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente, e a outra com o valor nominal de um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil euros (1.764.000,00€), pertencente à sociedade SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA.
2. São sócias da AMBILITAL a AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e a SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.;
3. A AMAGRA, detentora de uma participação de capital de 51%, é uma Associação dos Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines e tem por objecto, entre outros, projectar, implementar e gerir o sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos urbanos dos seus Municípios Associados;
4. Os Municípios da AMAGRA são titulares de um Sistema Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Urbanos constituído por um Aterro Sanitário, Central de Triagem, Sistema de Vidro, Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem, Ecocentro e Central de Valorização Energética, Unidade de produção de CDR (em Ermidas-Sado), uma Unidade de Valorização de Resíduos de Construção e Demolição e quatro Estações de Transferência/Ecocentros (em Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Odemira) e três Ecocentros (Aljustrel, Ferreira do Alentejo e Sines) devidamente equipados, destinados à recepção, transferência, tratamento e valorização, dos RU provenientes das recolhas municipais dos Municípios seus Associados.
5. A SUMA, detentora de uma participação de capital de 49%, é uma sociedade comercial que opera na Área da gestão de resíduos sólidos, com experiência comprovada na recolha, valorização, tratamento e deposição final de resíduos, dominando, entre outras, as tecnologias ligadas à recolha selectiva, triagem de materiais, valorização de resíduos por compostagem e ainda deposição final de resíduos sólidos em aterro sanitário;

6. A AMBILITAL foi constituída por escritura pública em 5 do Março de 2001 e iniciou a sua actividade em 13 do Março de 2001. Os seus estatutos foram publicados no Diário da República em 5 do Junho do 2001 (III Série DR n.º 130);
7. Foi celebrado entre a AMAGRA e a AMBILITAL em 23 de Julho de 2015 o contrato de Gestão Delegada;
8. A empresa tem a sua sede no Monte Novo dos Modernos, freguesia de Ermidas do Sado, concelho de Santiago do Cacém.

2. ACTIVIDADE DA EMPRESA

A AMBILITAL é a empresa responsável pelo acompanhamento da conclusão do investimento inicial efectuado pela CIMAL enquanto AMLA e pela AMAGRA, e pela exploração e gestão das infra-estruturas respectivas, bem como pela avaliação e promoção dos investimentos de ajustamento do Sistema considerando as condições actuais de produção de RU.

Nos termos dos documentos previsionais para o exercício de 2015 constituíram pressupostos fundamentais da actividade da empresa para o presente exercício:

1. O reforço da estrutura de gestão do *Sistema*, dotando a empresa das condições necessárias à centralização de competências, afirmando-a como a entidade de referência para a concepção, investimento e gestão em serviços públicos para a recolha e tratamento de RU;
2. Manter a capacidade do Sistema de forma a dar resposta às crescentes exigências de gestão do fluxo de resíduos e da estratégia prevista no PERSU 2020.

Constituíram actividades relevantes da empresa até final do ano de 2015:

- Elaboração do PAPERSU da AMBILITAL para dar cumprimento à estratégia prevista no PERSU 2020;
- Preparação do aterro com vista ao início da selagem;
- Continuação dos testes da Unidade de Produção de CDR, para efeitos de aceitação;
- Operação em velocidade cruzeiro da Central de Valorização Energética, cujo investimento rondou os 350.000€;
- Exploração da 2ª fase das lagoas de retenção de lixiviado, cujo investimento rondou os 300.000€;

L. A
TR

- Construção da 3ª fase das lagoas de retenção de lixiviado, cujo investimento foi de cerca de 45.000€;
- Candidatura da Operação “Ampliação e Optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem (UTMB) e de Combustível Derivado de Resíduos (CDR)” ao PO SEUR, cujo investimento previsto é de 4.999.655,40€;
- Candidatura da Operação “Optimização/Ampliação da Rede de Recolha Seletiva e Triagem Multimaterial” ao PO SEUR, cujo investimento previsto é de 4.056.457,30€.

3. SISTEMA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Sistema Intermunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos da AMAGRA é constituído pelo Aterro Sanitário, Central de Triagem, Sistema de Vidro, uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem, uma Unidade de Produção de CDR, uma Central de Valorização Energética e uma Unidade de Valorização de Resíduos de Construção e Demolição localizados em Ermidas-Sado, quatro Estações de Transferência/ Ecocentro localizadas em Odemira, Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém e de três Ecocentros localizados em Ferreira do Alentejo, Aljustrel e Sines.

3.1. Entrada de Resíduos no Sistema de Gestão de Resíduos da AMBILITAL

Tabela 1 - Tabela de entradas nas unidades de destino do Centro de Gestão de Resíduos da AMBILITAL em 2015 e 2014, em toneladas e diferencial em toneladas e percentagem.

Destino	Tipo de operação	Quantidade	Quantidade	Diferencial	Diferencial	
		recebida 2015 (t)	recebida 2014 (t)	2014/2015 (t)	2014/2015 (%)	
RESÍDUOS COM ORIGEM URBANA OU EQUIPARADA						
Resíduos indiferenciados	Aterro Sanitário	Eliminação	53 225,84	57 955,37	-4 729,53	-8,16
Resíduos Indiferenciados	UTM	Valorização	3 417,92	56,76	+3 361,16	-
Resíduos Biodegradáveis (verdes)	Valorização orgânica	Valorização	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL (RU1)			56 643,76	58 012,13	-1 368,37	-2,36
Papel/Cartão	Central de Triagem	Valorização	1 933,22	1 841,49	+91,72	+4,98
Embalagens Plásticas e Metálicas	Central de Triagem	Valorização	982,38	933,67	+48,71	+5,22
Embalagens de Vidro	Ecocentro	Valorização	1 717,33	1 644,51	+72,82	+4,43
TOTAL (RU2)			4 632,92	4 419,67	+213,25	+4,82
Embalagens de Madeira	Ecocentro	Valorização	85,80	104,78	-18,98	-18,11
REEE	Ecocentro	Valorização	139,48	100,30	+39,18	+39,06
Pilhas	Central de Triagem	Valorização	5,47	6,06	-0,59	-9,74

	Destino	Tipo de operação	Quantidade recebida 2015 (t)	Quantidade recebida 2014 (t)	Diferencial 2014/2015 (t)	Diferencial 2014/2015 (%)
OAU	Ecocentro	Valorização	17,79	18,00	-0,21	-1,17
Metais	Ecocentro	Valorização	91,94	61,62	+30,32	+49,20
Rolhas de cortiça	Ecocentro	Valorização	0,16	0,12	+0,04	+33,33
Outras embalagens de plástico	Ecocentro	Valorização	40,14	37,28	+2,86	+7,67
TOTAL (RU3)			380,78	328,16	+52,62	+16,03
TOTAL RU			61 657,47	62 759,96	-1 102,49	-1,76

RESÍDUOS NÃO URBANOS

Resíduos de Construção e Demolição	Unidade RCD	Valorização	2 205,23	1 170,35	+1 034,88	+88,42
Plásticos Agrícolas	Ecocentro	Valorização	22,59	37,66	-15,07	-40,02
Óleos Hidráulicos	Ecocentro	Valorização	1,35	0,91	+0,44	+48,35
Pneus	Ecocentro	Valorização	587,81	567,52	+20,29	+3,58
Tonners	Central de Triagem	Valorização	0,54	0,43	+0,11	+25,58
Acumuladores de chumbo	Ecocentro	Valorização	1,46	0,00	+1,46	-
TOTAL RNU			2 818,98	1 776,87	+1 042,11	+58,65

Globalmente verifica-se que os resíduos com origem urbana ou equiparada recebidos apresentam uma diminuição de 1080,88 t (-1,72%) e os resíduos com origem não urbana um aumento de 1042,11t (+58,65%).

Os resíduos recicláveis de embalagem provenientes da recolha seletiva representam 7,51% dos resíduos urbanos ou equiparados recebidos no Sistema de Gestão de Resíduos.

Importa salientar que, conforme foi referido anteriormente, e não obstante todos os investimentos em sensibilização, equipamentos e recursos humanos, no sentido de se conseguir atingir os objectivos de recolha que viabilizem economicamente o subsistema e que tenham um impacto positivo na vida útil do aterro e na melhoria das condições ambientais, ainda não foi possível atingir os valores de recolha que permitam desonerar os Municípios e tornar este subsistema sustentável.

Sobre a sustentabilidade do subsistema importa ler, no ponto 6, as considerações sobre o novo modelo de cálculo dos valores de contrapartida a pagar pela SPV aos sistemas gestores.

R. H.

3.1.1. Aterro Sanitário

Em 2015, foram depositadas no aterro sanitário **54.963,58 t** de resíduos provenientes dos municípios, de produtores privados e resíduos de produção da Ambital.

No que diz respeito às quantidades totais acumuladas, por ano, verifica-se a seguinte distribuição:

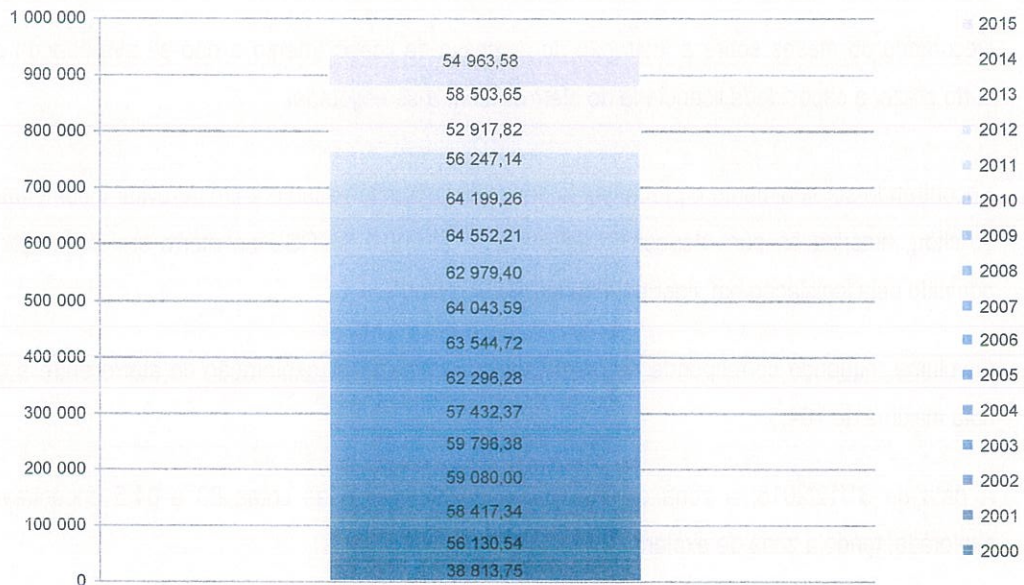


Gráfico 1 - Quantidade de resíduos (t) depositada em Aterro por ano de exploração.

3.1.1.1. Ocupação/ Vida Útil do Aterro Sanitário

Foram depositados em Aterro desde o início da sua exploração até ao final de dezembro de 2015, **933.918 t** de resíduos.

Segundo LA nº 20A.1/2004, a capacidade total do aterro é de 868.200 m³, considerando uma cota de exploração de 82,00 m.

A volumetria do aterro tem vindo a ser acompanhada, desde o início da exploração, com levantamentos topográficos anuais, permitindo o controlo da capacidade licenciada e a tomada de decisão atempada face ao aproximar do término da vida útil do aterro.

A AMBILITAL iniciou em 2012 os procedimentos para o licenciamento do novo aterro, tendo procedido à instrução do PCIP em Julho de 2013, de acordo com a legislação em vigor. Em 2014, devido à publicação do Decreto-lei n.º 151B-2013 de 31 de outubro, o projeto passou a estar abrangido pela necessidade de procedimento de AIA.

Deste modo, o processo de alteração da licença ambiental, entregue em 2013, ficou condicionado pelas novas obrigações legais.

A morosidade processual verificada obrigou à realização de um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e consequente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Este processo ficou favoravelmente resolvido com a emissão da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) em 12 de Novembro de 2015.

Decorridos 36 meses sobre a instrução do processo de licenciamento e não se avizinhando o seu término a curto prazo, a capacidade licenciada do aterro encontra-se esgotada.

Encontrando-se atualmente o processo da nova célula num impasse e a fim de evitar incumprimento, a Ambilital solicitou, autorização para deposição adicional de 25.000 t de RSU no aterro em exploração, valor máximo admitido pela legislação em vigor sem obrigação de AIA.

O volume requerido corresponde ao preenchimento do perfil de exploração do aterro entre a cota +83,0 até à cota máxima de +84,5.

À data de 31/12/2015, a zona de exploração definida entre as cotas 83 e 84,5 encontrava-se totalmente explorada, tendo a zona de exploração sido novamente alargada.

O perfil de exploração corresponde, ao perfil necessário para preparar o aterro para selagem, criando as pendentes necessárias à drenagem das águas pluviais.

Considerando os dados do último levantamento topográfico realizado em dezembro, foi apurado que o volume total de resíduos depositados foi de 899.984 m³.

Verifica-se que o volume ocupado do aterro ultrapassou em 3,66% o volume licenciado, sendo que a **Ambilital detém documento da entidade licenciadora com prorrogação da validade da Licença Ambiental 20A.1/2004 e da Licença de Exploração 4/2005/INR até conclusão do processo de renovação da Licença Ambiental (cf. of. 630-DAS/DLMA/2014).**

f. 8
D

Tabela 2 - Total de Resíduos depositados, volume ocupado e disponível no Aterro Sanitário até ao final de 2015.

Ano	Total RSU (t)	Total RSU + terras (t)	Volume Ocupado (m³)	Volume Ocupado acumulado (m³)	Densidade (t/m³)	Volume Ocupado (%)	Volume Disponível (%)
2000	38 813,75	46 576,50	36 473	36 473	1,28	4,20	95,80
2001	56 130,54	67 356,65	52 742	89 215	1,28	10,28	89,72
2002	58 417,34	70 100,81	54 889	144 104	1,28	16,60	83,40
2003	59 080,00	70 896,00	79 048	223 152	0,90	25,70	74,30
2004	59 796,38	71 755,66	61 458	284 610	1,17	32,78	67,22
2005	57 432,37	68 918,84	64 391	349 001	1,07	40,20	59,80
2006	62 296,28	74 755,54	77 570	426 571	0,96	49,13	50,87
2007	63 544,72	76 253,66	54 268	480 839	1,41	55,38	44,62
2008	64 043,59	76 852,31	57 116	537 955	1,35	61,96	38,04
2009	62 979,40	75 575,28	58 281	596 236	1,30	68,67	31,33
2010	64 552,21	77 462,65	69 224	665 460	1,12	76,65	23,35
2011	64 199,27	77 039,12	46 154	711 614	1,67	81,96	18,04
2012	56 247,15	67 496,58	54 751	766 365	1,23	88,27	11,73
2013	52 917,82	63 501,38	37 969	804 334	1,67	92,64	7,36
2014	58 503,65	70 204,38	54 855	859 189	1,28	98,96	1,04
2015	54 963,58	65 956,29	40 795	899 984	1,62	103,66	-3,66

3.2. Saídas para reciclagem e valorização dos resíduos processados no Sistema de Gestão de Resíduos (SGR) da AMBILITAL

Tabela 3 - Tabela comparativa da quantidade de resíduos encaminhados para valorização no Sistema de Gestão de Resíduos da Ambilital em 2014 e 2015, em toneladas e diferencial em toneladas e percentagem.

	Quant. Encaminhada 2015		Quant. Encaminhada 2014		Diferencial			
	Lotes	(t)	Lotes	(t)	Lotes	(t)	(%)	
	RECOLHA SELETIVA							
EMBALAGENS DE VIDRO	64	1 701,00	61	1 582,44	3	+118,56	7,49	
PAPEL/CARTÃO	EMBALAGEM	88	1 206,03	78	1 144,75	10	+61,28	5,35
	NÃO EMBALAGEM		708,31		604,48		+103,82	17,17
	ECAL	2	49,40	2	48,40	0	+1,00	2,07
	PET	10	118,84	11	118,58	-1	+0,26	0,22
	PET OLEO	3	27,54	5	51,74	-2	-24,20	-46,77
Embalagens	EPS	4	2,68	5	3,84	-1	-1,16	-30,21
Plásticas e	PEAD	5	61,56	5	62,10	0	-0,54	-0,87
Metálicas	FILME	5	113,26	8	181,22	-3	-67,96	-37,50
	MISTOS 100 %	8	156,33	8	140,86	15	15,47	10,99
(Origem: Recolha	MISTOS 80 %	6	75,76	3	28,41	3	+47,35	166,69
Seletiva)	MISTOS 20% NÃO EMBALAGEM		18,94		7,10		+11,84	166,69
	Total Embalagens Plásticas	41	555,97	45	586,75	11,47	-30,77	-5,24
	AÇO	3	67,62	3	69,98	0	-2,36	-3,37
	ALUMINIO	1	4,86	1	4,14	0	+0,72	17,39

		Quant. Encaminhada 2015		Quant. Encaminhada 2014		Diferencial		
		Lotes	(t)	Lotes	(t)	Lotes	(t)	(%)
Total Embalagens Metálicas		4	72,48	4	74,12	0	- 1,64	-2,21
EMBALAGENS DE MADEIRA		16	93,38	17	101,34	-1	-7,96	-7,85
TOTAL EMBALAGEM DA RECOLHA SELETIVA		215	3 678,27	207	3 537,80			
TOTAL 1 – RECOLHA SELETIVA		215	4 405,51	207	4 149,39	8	256,13	6,17
RECICLAVEIS DA UTM								
EPM	PET	1	10,48	0	0,00	1	+10,48	-
(Origem: UTM)								
OUTROS VALORIZAVEIS URBANOS								
REEE		-	125,29	-	197,41	-	-72,12	-36,53
PILHAS		-	5,40	-	6,46	-	-1,06	-16,41
TONERS		-	0,72	-	0,48	-	+0,24	50,00
OAU		-	20,23	-	12,29	-	+7,94	64,61
METAIS		-	86,10	-	54,18	-	+31,92	58,91
GRADES, BARRICAS E BIG BAGS		-	19,28	-	24,12	-	-14,34	-20,07
TOTAL 3 – OUTROS VALORIZAVEIS		-	257,02	-	294,94	-	-37,92	-12,86
TOTAL RU		216	4673,01	207	4 444,33	9	+228,69	5,15
UNIDADE DE CDR								
COMBUSTIVEL DERIVADO DE RESÍDUO		12	294,16	0	0,00	0	-	-
OUTROS VALORIZAVEIS NÃO URBANOS								
ÓLEOS DE MOTOR, TRANM. E LUBRIFICAÇÃO		-	1,24	-	0,58	-	+0,66	113,79
PLÁSTICOS AGRÍCOLAS		-	22,58	-	24,12	-	-1,54	-6,38
PNEUS		-	590,32	-	576,66	-	+13,66	2,37
ACUMULADORES DE CHUMBO		-	1,46	-	0,00	-	+1,46	-
TOTAL 4 - OUTROS VALORIZAVEIS NÃO URBANOS		0	615,60	0	601,36	0	+23,74	2,37

Relativamente aos resíduos urbanos e equiparados encaminhados para reciclagem e valorização comparativamente ao período homólogo de 2014 verifica-se em termos globais um aumento de 228,69t (+5,15%), sendo que foram encaminhados para reciclagem provenientes da recolha selectiva mais 256,13t, ou seja +6,17%.

A AMBILITAL continuará a exercer uma política de grande preocupação e respeito pelas normas ambientais, cumprindo rigorosamente todas as imposições legais, nomeadamente o controle e monitorização ambientais.

1-2
19

4. OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

O contrato de Gestão Delegada celebrado entre a AMAGRA e a AMBILITAL em 23 de Julho de 2015, define no seu anexo D os objectivos, indicadores e metas às quais a AMBILITAL se encontra vinculada.

Nesse sentido passa-se de seguida a fazer a avaliação do cumprimento dos mesmos.

4.1. Objectivos Estratégicos

Na sequência da Estratégia Nacional para a gestão dos RU, preconizada nos documentos PERSU II e PERSU 2020, a AMBILITAL estabeleceu como objectivos estratégicos prioritários até 2020, os seguintes:

- Aumento das quantidades de recolha seletiva de embalagens,
- Desvio da deposição de RUB em aterro,
- Aumento da recuperação de recicláveis da TMB.

4.1.1. Iniciativas de Carácter Estratégico

No sentido da concretização dos objectivos estratégicos, estabeleceram-se como principais as seguintes iniciativas de carácter estratégico:

- Reforço das redes de recolha selectiva – Foi apresentada candidatura ao PO SEUR neste âmbito;
- Construção de 2ª linha de entrada de RU na TMB e ampliação da unidade de compostagem – Foi apresentada candidatura ao PO SEUR neste âmbito;
- Sensibilização ambiental – Está prevista a apresentação de candidatura no 2º aviso do PO SEUR a abrir, previsivelmente, em Março 2016;
- Sistema de secagem de CDR – Está prevista a apresentação de candidatura no 2º aviso do PO SEUR a abrir, previsivelmente, em Março 2016.

De forma a concretizar os objectivos estratégicos foi elaborado do PAPERSU da AMBILITAL para dar cumprimento à estratégia prevista no PERSU 2020, o qual obteve parecer positivo da APA em 31 de Julho de 2015.

Estabelecem-se as seguintes metas temporais, por iniciativa:

Iniciativas de Carácter Estratégico	Meta Temporal de Execução
Reforço das redes de recolha selectiva	2015-2020
Sensibilização ambiental	2015-2020
Construção de 2ª linha de entrada de RU na TMB e ampliação da unidade de compostagem	2015-2020
Sistema de secagem de CDR	2015-2020

Estabelecem-se os seguintes indicadores/metras que permitem aferir o sucesso das iniciativas. Os indicadores/metras definidos são os do PERSU 2020.

Indicadores de Carácter Estratégico	Unidades	Meta 2020
Deposição de RUB em ATERRO $DEPOSIÇÃO. RUB_{ATERRO} = (55\%RU_{ATERRO} + 59\%REJEITADO_{TM}) / 55\% TOTAL RU$	(%)	10
Preparação para a reutilização e reciclagem $Taxa Reciclagem de Resíduos = (RS (P/C+EMP + EV + EM) + RECICLAVEIS_{TMTMB} (P/C+EMP + EV + EM) + VAL RUB) / (73,4\% X TOTAL RU)$	(%)	80
Retomas da recolha seletiva $Retomas = 93\% \times (RSPAPEL + RSEPM + RSEv) / HAB$	(kg/hab.ano)	48

Os indicadores de Carácter Estratégico serão avaliados em 2020, conforme definido no Contrato de Gestão Delegada.

Em 2016 e 2018 serão feitas avaliações intercalares aos resultados alcançadas por cada Sistema para cada meta. O incumprimento das metas intercalares produzirá efeitos negativos ao nível da TGR.

4.2. Objetivos de Desempenho

Foram definidos indicadores para avaliação da AMBILITAL, ao nível da cobertura, qualidade de serviço, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão.

Para tal, consideraram-se os indicadores da ERSAR, definidos no "Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores" (2ª geração do sistema de avaliação), adaptados à realidade socio-económica, territoriais e demográfica da região abrangida pela AMBILITAL, bem como as características técnicas e operacionais do Sistema.

As metas definidas para 2020, deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato de Gestão Delegada.

Consideram-se cumpridos os objetivos/indicadores definidos, desde que cumpridos 75% das metas respetivas.

Verifica-se que as metas definidas no Contrato de Gestão Delegada para os indicadores de desempenho foram integralmente cumpridas.

f. B.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Desde a sua constituição a empresa vem incrementando o número das suas atividades. A empresa tem vindo a executar uma série de investimentos apoiados por fundos comunitários e capitais próprios dotando-a de meios e capacidade para desenvolver com eficácia as atividades que lhe estão incumbidas. O ano de 2016, por sua vez, será, por um lado, um ano da operacionalização de grandes investimentos e, por outro, o início de um novo ciclo de novos investimentos resultante das candidaturas apresentadas ao POSEUR e previstos no PAPERSU, no sentido do cumprimento das metas do PERSU 2020.

No Quadro III apresentam-se alguns indicadores económicos/financeiros, que refletem a atividade da empresa. Apesar da sua redução, salientamos o ainda elevado prazo médio de recebimentos que, como temos vindo a referir nos últimos relatórios, causam estrangulamentos financeiros à atividade operacional da AMBILITAL com reflexos na sua capacidade de realizar alguns investimentos essenciais para a sua viabilidade e crescimento.

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	euros		
	2015	2014	Var. %
Actividade Consolidada			
Volume de Negócios	3 383 166,04	3 397 177,61	-0,41%
Resultado antes impostos e subsídios	-403 083,63	-309 035,85	-30,43%
Resultado Líquido	440 894,08	583 581,97	-24,45%
Cash-Flow (1)	1 042 742,46	1 199 386,88	-13,06%
Rentabilidade das Vendas e Prest.Serviços	13,03%	17,18%	-24,14%
Total do A tivo	17 605 003,95	18 387 510,80	-4,26%
Capitais Próprios	13 085 246,24	13 562 260,95	-3,52%
Passivo	4 519 757,71	4 825 249,85	-6,33%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (2)	3,37%	4,30%	-21,70%
Rentabilidade do A tivo	2,50%	3,17%	-21,09%
Passivo /Capitais Próprios	34,54%	35,58%	-2,92%
A tivo /Passivo	389,51%	381,07%	2,22%
PMR - Prazo Médio de Recebimento (dias)	97	110	-11,70%
PMP - Prazo Médio de Pagamento (dias)	19	23	-16,82%

(1) Resultado Líquido + A amortizações + Ajustamentos + Provisões - Subsídios ao Investimento

5.1. Elementos de informação económica/financeira

Com um total de gastos de 3.842.193,65 euros, entre os quais assumem relevância as depreciações/amortizações (39,36%), os gastos com o pessoal (23,88%) e os fornecimentos e serviços externos (18,39%), o custo com o combustível (8,22%), e um total de rendimentos de 4.349.542,54 euros, entre os quais assumem relevância as vendas de resíduos recicláveis à SPV (15,01%), a prestação de serviços de recolha, tratamento e deposição em aterro de RU e a prestação de serviços de recolha e valorização de resíduos recicláveis (57,07%). Nos outros ganhos e rendimentos destacam-se os subsídios ao Investimento que atingiram

em 2015 o valor de 910.432,52 euros. A empresa registou um resultado antes de impostos de 507.348,89 euros, e um resultado líquido de **440.894,08** euros.

Gráfico 2 — Estrutura de Gastos

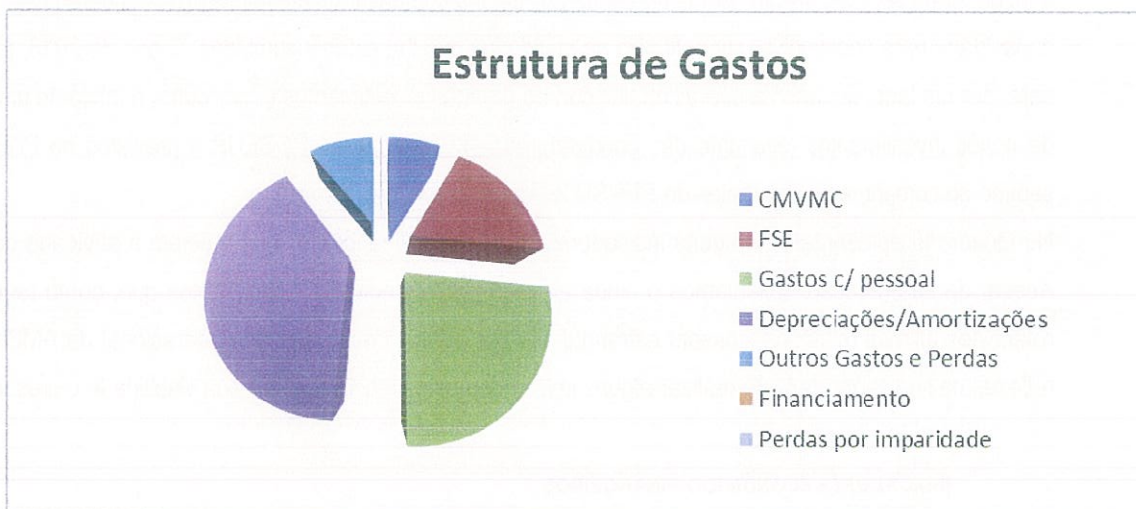
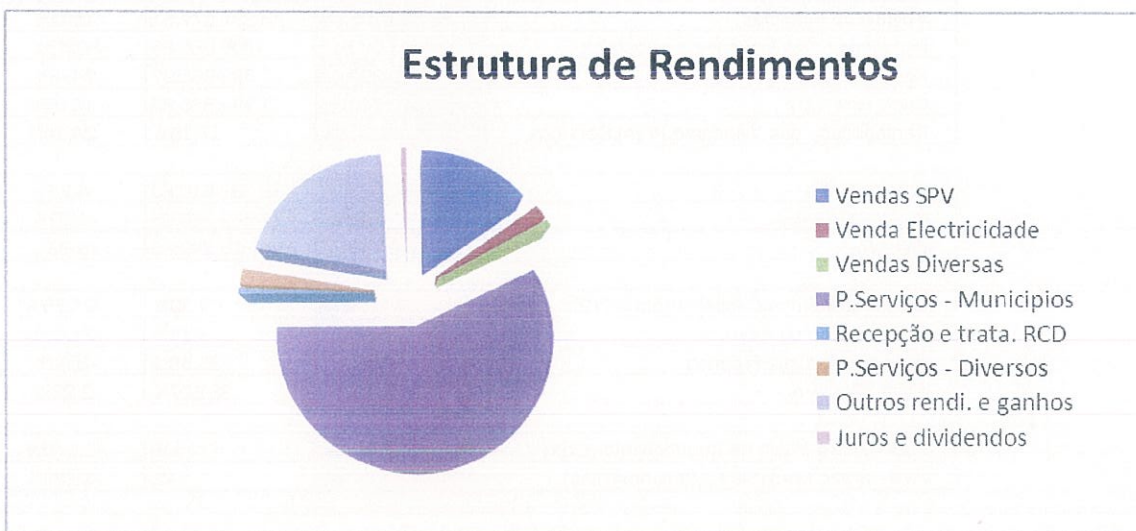


Gráfico 3 – Estrutura de Ganhos e Rendimentos



6. MODELO DE CÁLCULO DOS VALORES DE CONTRAPARTIDA DA SPV

Continua a constituir uma forte preocupação da AMBILITAL o modelo de cálculo dos valores de contrapartida (VC) a pagar pela SPV pela entrega dos resíduos recicláveis.

De 1 de Janeiro a 31 de Agosto de 2015, foi aplicado o modelo de contrapartidas financeiras que vigorou em 2014, e constante do Despacho n.º 8061/2011 o qual era altamente lesivo para AMBILITAL dado que não tinha em conta as tipologias dos sistemas que vinham do modelo anterior e que fixavam Valores de Contrapartida diferenciados por tipologia encontrando-se a AMBILITAL na tipologia 1, a mais favorável do modelo.

F. S.

De referir que o modelo que vigorou até agosto de 2015 não foi mais lesivo para a AMBILITAL, porque após reivindicação, junto do Secretário de Estado do Ambiente, por parte dos sistemas da antiga tipologia 1, entre os quais se encontrava a AMBILITAL, foi reconhecida a justeza da diferenciação dos VC por tipologia e fixados no mesmo despacho valores de mitigação (compensação financeira) para os sistema de Tipologia 1, que no entanto só foram pagos relativamente aos anos de 2010, 2011 e 2012 e em parte os relativos a 2013 em equipamentos e nenhuma compensação relativa ao ano de 2014, com as devidas implicações na sustentabilidade do sistema.

Com a publicação do Despacho nº 8376-C/2015 que fixa um modelo de VC transitório a vigorar a partir de 1 de setembro de 2015, viu a AMBILITAL refletida no mesmo a sua reivindicação de sempre, de aplicar uma majoração para os sistemas de tipologia 1, a qual foi fixada em 20% em relação aos VC base do modelo. Foi ainda muito importante ver refletido no despacho os Valores de Informação (VIM) a pagar pelos recicláveis provenientes das Unidades de Tratamento Mecânico e com valores que nos pareciam justos.

No entanto, depois de ver implementado um modelo de VC e VIM que considera justo e que sempre defendeu, a AMBILITAL é surpreendida pela APA com uma nova proposta de modelo, que, em parte, já tinha sido rejeitado pelos sistemas em 2013 e que se revela bastante lesivo dos seus interesses. Por exemplo no caso dos VIM, nos itens mais importantes, nomeadamente nos Plásticos, os cortes representam uma redução de cerca de 72%.

O novo modelo proposto prevê a fixação de VC diferenciados para cada sistema e uma vez mais acaba com as tipologias, assentando, entre outros, em pressupostos de eficiência, cumprimento de metas e qualidade de serviço, cujos parâmetros se desconhecem dado que a APA, por solicitação da ESGRA, se recusou a fornecer o modelo de calculo das variantes que influenciam os valores finais a pagar aos sistemas. Em sentido contrário a mesma APA solicitou aos sistemas que, até 31 de janeiro de 2016, carregassem uma série de dados para alimentar o modelo sem qualquer explicação sobre parte das variáveis em causa.

Em 6 de Janeiro de 2016, os sistemas representados pela ESGRA e pela EGF enviaram um ofício à APA com a posição conjunta de rejeição do modelo agora proposto, solicitando mais transparência no que a esta matéria diz respeito, nomeadamente na explicação por parte da APA de algumas variáveis do modelo cujos fórmulas e pressupostos os sistemas desconhecem.

A AMBILITAL continua a defender um modelo que diferencie os sistemas de acordo com as atuais tipologias e que não é aceitável um envelope financeiro que seja inferior ao que resulta da aplicação do atual modelo. Este assunto foi exposto na ESGRA que, em nome dos seus associados, deverá acompanhar esta matéria com atenção redobrada dadas as potenciais perdas de receita em causa.

Deixa-se também aqui uma nota aos municípios que, caso sejam aprovados os valores que resultam da aplicação do modelo proposto, simplesmente transferem para si custos que deveriam ser dos embaladores (SPV).



7. RECURSOS HUMANOS

Os dados relativos ao pessoal são os que abaixo se apresentam:

Tabela 1 - Evolução do custo médio por empregado.

PESSOAL

Pessoal	2015	2014	Var. %
Gastos com Pessoal (euros) (1)	863 999,57	879 881,89	- 1,81%
Numero de empregados (2)	53	52	1,92%
Gasto médio por empregado (euros)	16 301,88	16 920,81	-3,66%

(1) gastos registados na contabilidade nas contas 63 com excepção da conta 636 a 638 porque poderiam desvirtuar a comparabilidade dos diversos anos, nomeadamente os custos com o recurso a trabalho temporário, fardamento, etc.

(2) média do nº de trabalhadores ao serviço da empresa na última semana de cada mês de atividade

Salientamos que em 2015 vigoraram restrições à contratação, nos termos da lei do Orçamento de Estado para 2015, não tendo sido possível à AMBILITAL aumentar os gastos com o pessoal. Este assunto está a ser seguido com muita atenção pela AMBILITAL, e pelos sistemas de uma forma geral, que já apresentaram uma exposição ao secretário de estado de forma a sensibilizar o governo da necessidade de contratação de pessoal por parte dos sistemas num período de forte investimento e de construção de novas unidades de tratamento de resíduos.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos e para cumprimento do estabelecido na alínea f) do nº 5 do artigo 66 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que, o resultado líquido apurado no exercício de 2015, no valor 440.894,08 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva Legal (10%)	€ 44.089,41
- Reservas Livres	€ 238.218,76
- Distribuição de Resultados aos sócios	€ 158.585,91

9. INFORMAÇÃO RELEVANTE

Existe uma reivindicação da Caixa Leasing e Factoring, do pagamento de facturas pela AMBILITAL, no montante de 1.504.540,11 euros, acrescido de juros de mora, relativas ao processo de insolvência o fornecedor ACORIL, exigência que não tem qualquer fundamento, dado que tais facturas foram pagas ao respectivo Administrador de insolvência.

Em sede de decisão (Proc.Nº 71/13.0TVLSB), o Tribunal da 5ª Vara Cível de Lisboa decidiu:

“Em face do exposto julga-se verificada a excepção dilatória de incompetência absoluta do presente tribunal por serem competentes para o efeito os tribunais da jurisdição administrativa e, em consequência, absolve-se a Ré da instância.

Custas pela Autora.

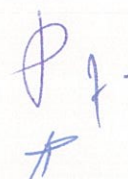
Registe e notifique. A fim de permitir uma consulta mais correcta da estatística insira-se a baixa como absolvição da instância.

L.,29/11/2013”

Na sequência da decisão referente ao processo supra enunciado, a Caixa Leasing e Factoring deu início a uma acção administrativa comum (Proc.Nº 1604/14.0BELSB) no Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com a reivindicação já acima descrita, do pagamento de faturas pela AMBILITAL, no valor de 1.504.540,11€. A AMBILITAL já tendo pago este montante ao Administrador de Insolvência, contestou a acção, tendo também iniciado uma acção de processo comum (Proc.Nº 784/06.2TYLSB) no Tribunal da Comarca de Lisboa, Unidade Central, contra a Massa Insolvente da Acoril, S.A, no valor de 1.478.007,49€, com o objectivo de se salvaguardar em relação aos pagamentos já efectuados.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Não são de registar mais factos relevantes ocorridos após o termo do exercício com influência nas demonstrações financeiras.



11. MENÇÕES FINAIS DE OBSERVÂNCIA LEGAL

A Empresa não realizou negócios com os seus Administradores.

Não existem débitos em mora à Segurança Social, nem temos acordos de pagamento celebrados. O mesmo se passa relativamente ao Estado e a outros entes públicos, e trabalhadores.

Empresa não transacionou, durante o período em relato, nem detém quotas próprias em 31 de dezembro de 2015.

A empresa não possui sucursais.

Ermidas Sado 23 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração,



José Alberto Guerreiro



António Viana Afonso



Rui Pedro Santos



ambilital

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



**continuamos
A CRESCER**

ANEXOS

Relatório de Boas Práticas do Governo Societário

Demonstrações Financeiras

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2015.....

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas a 31 de Dezembro de 2015.....

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período Findo em 31 de Dezembro de 2015.....

Demonstração Individual das alterações de capital próprio no Período de 2015 e 2014.....

Anexo (Período de 2015).....

Mapa de Execução Anual do Plano de investimentos de 2015



ambital

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário

2015

(Cf. artº 54 e seguintes do Decreto-lei 133/2013 de 3 de Outubro)

AMBITAL - INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM

f
φ
#

PARTE I – MISSÃO E OBJETIVOS

1. MISSÃO

A missão da AMBILITAL é a gestão e exploração do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, nomeadamente na deposição em aterro e na recolha selectiva, triagem, valorização dos resíduos recicláveis dos municípios da AMAGRA, contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental do seu território.

Um dos principais objectivos da AMBILITAL é a prestação, às populações, de um serviço público eficaz e sustentável.

2. OBJETIVOS

Um dos principais objectivos estratégicos da AMBILITAL é o cumprimento do Plano Estratégico de Resíduos do Sistema Intermunicipal da AMAGRA, gerido pela AMBILITAL, elaborado para dar cumprimento às metas decorrentes da implementação do PERSU II, nomeadamente no que diz respeito às metas de desvio de aterro de matéria orgânica e de recolha selectiva, sempre numa perspectiva de eficácia e de sustentabilidade.

Os principais objectivos de gestão para 2015 foram:

- Rentabilidade de 6,25%;
- Elaboração do PAPERU da AMBILITAL para dar cumprimento à estratégia prevista no PERSU 2020;
- Candidatura da Operação "Ampliação e Optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem (UTMB) e de Combustível Derivado de Resíduos (CDR)" ao PO SEUR, cujo investimento previsto é de 4.999.655,40€;
- Candidatura da Operação "Optimização/Ampliação da Rede de Recolha Seletiva e Triagem Multimaterial" ao PO SEUR, cujo investimento previsto é de 4.056.457,30€.
- Operação em velocidade cruzeiro da Central de Valorização Energética, cujo investimento rondou os 350.000€;
- Construção da 3ª fase das lagoas de retenção de lixiviado, cujo investimento foi de cerca de 45.000€.

3. REGULAMENTOS INTERNOS

Não existem regulamentos internos aprovados pela empresa.

PARTE II – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

O modelo de governo adotado é o dos Estatutos da sociedade e tem como enquadramento legal a Lei 50/2012 de 31 de Agosto, subsidiariamente o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei nº71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei 64A/2008 de 31/Dezembro e alterado e republicado pelo Decreto-lei nº8/2012, de 18 de Janeiro.

1. ESTRUTURA DE CAPITAL E SÓCIOS

O capital social, integralmente realizado por ambos os sócios, é de três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000,00 €), e corresponde à soma de duas quotas sendo uma, com o valor nominal de um milhão, oitocentos e trinta e seis mil euros (1.836.000,00 €), pertencente à AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e a outra, com o valor nominal de um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil euros (1.764.000,00 €), pertencente à sociedade SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

A AMAGRA detem 51% do Capital Social e a SUMA S.A. detém 49% do Capital Social.

2. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, BEM COMO A PARTICIPAÇÃO EM QUAISQUER ACTIVIDADES DE NATUREZA ASSOCIATIVA OU FUNDACIONAL

- As alterações ao capital social devem ser precedidas da autorização por parte do Conselho Directivo da sócia AMAGRA, de acordo com o nº2 do artº 3º e alínea b) do artº17 dos Estatutos da sociedade.
- A cessão a estranhos, total ou parcial, de quotas pertencentes a sócios privados depende do consentimento da empresa, de acordo com o nº1 do artº4º do mesmo documento.
- Se a empresa recusar o consentimento, a respectiva comunicação incluirá uma proposta de aquisição de quota formulada nos termos do art.º 231.º do Código das Sociedades Comerciais; se a cedente não aceitar a proposta no prazo de quinze dias, fica esta sem efeito, mantendo-se a recusa do consentimento, de acordo com o nº2 do artº4º do mesmo documento.

A AMBILITAL não detem participações em qualquer outra entidade.



3. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS FINANCEIRAS OU ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS OU PASSIVOS DE OUTRAS ENTIDADES

A AMBILITAL não prestou quaisquer garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.

4. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO

Acordo de Gestão celebrado em 14/08/2007, celebrado entre a AMAGRA e a SERURB Lda, hoje SUMA S.A.

5. ÓRGÃOS SOCIAIS

5.1. Assembleia-geral

5.1.1. Composição da mesa da Assembleia-geral (AG)

Mesa da Assembleia-Geral			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	Nuno Mascarenhas em representação da AMAGRA	14-02-2014	14-02-2018
Secretário	Pablo Barreiro Blanco em representatção da SUMA	14-02-2014	14-02-2018

5.1.2. Exercício do direito de voto

5.1.2.1. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

As deliberações serão tomadas por maioria de votos superior a metade do capital social, salvo quanto às matérias "propostas de alteração dos Estatutos e aumentos de capital", em que a aprovação só pode ter lugar com uma maioria qualificada de três quartos daqueles votos, conforme nº3 do artº10 dos Estatutos da sociedade.

5.1.2.2. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais Assembleia-geral.

5.1.2.3. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da Assembleia-geral. Cargo não remunerado.

5.2. Administração

5.2.1. Composição

5.2.1.1. Identificação do modelo de governo adotado

O modelo de governo adotado é o dos Estatutos da sociedade e tem como enquadramento legal a Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

5.2.1.2. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, órgão executivo da empresa, é composto por três membros, um dos quais é o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral e outro será sempre eleito sob proposta dos sócios privados, conforme nºs 1 e 2 do artº10 dos Estatutos da sociedade.

5.2.1.3. Composição actual do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Conselho de Administração			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	José Alberto Guerreiro	14-02-2014	14-02-2018
Administrador Executivo	António Viana Afonso	14-02-2014	14-02-2018
Administrador Executivo	Rui Pedro Santos	10-09-2014	14-02-2018

5.2.1.4. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

Identificação	Nota Curricular
José Alberto Guerreiro	<p>Data de Nascimento: 30/11/1963</p> <p>Formação académica</p> <p>Frequentou o ensino pré-primário, primário e preparatório em Odemira e o ensino secundário em Queluz.</p> <p>Licenciou-se em Informática de Gestão (1988), pelo ISLA, e Engenharia Civil (1994) pelo Instituto Superior Técnico.</p> <p>Experiência profissional</p>

2. #

Identificação	Nota Curricular
	<p>Trabalhou em Lisboa, na Digital Equipment Corporation/Compact (como especialista de software e Project Leader, de 1988 a maio de 1989 e de novembro de 1991 a fevereiro de 1993), tendo sido Premiado em 1992 no "Special Recognition Program" da empresa.</p> <p>Serviu na Marinha durante 18 meses, em 1989/1990, como oficial da Reserva Naval – Sub-tenente da especialidade de informática.</p> <p>Trabalhou na Reditus, como consultor de informática e formador, em 1994/1995, tendo sido também responsável pelo setor de informática e formador do IPAM – Instituto Português de Administração e Marketing.</p> <p>Em Odemira, foi formador e Diretor Pedagógico da EPO - Escola Profissional de Odemira, entre 1995 e 1997, e professor responsável do grupo de Informática da Escola Secundária de Odemira, em 1997/1998.</p> <p>Vereador da Câmara Municipal de Odemira, entre Jan de 1998 e Out de 2009.</p> <p>Presidente da Câmara Municipal de Odemira.</p> <p>Funções atuais</p> <p>Presidente da Câmara Municipal de Odemira</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da AMBILITAL, desde 14/02/2014</p> <p>Presidente do Conselho Diretivo da AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente</p> <p>Vogal do Conselho Intermunicipal da CIMAL</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Polis do Litoral Sudoeste, SA</p> <p>Membro do Conselho da Parceria Pública da ADP/AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo</p> <p>Presidente da Assembleia Geral do MLA - Matadouro do Litoral Alentejano, SA</p> <p>Presidente da Assembleia Geral do SCO – Sport Clube Odemirense.</p>



Identificação	Nota Curricular
António Viana Afonso	<p>Data de Nascimento: 30/06/1964</p> <p>Formação académica</p> <p>Licenciatura em Direito, 1990 Curso Avançado em Gestão Pública (CAGEP) - para o exercício de cargos dirigentes de 1º e 2º grau (Director-Geral e Subdirector), 2006</p> <p>Experiência profissional</p> <p>Docente de 1991 a 1995 na Escola Secundária de Odemira e na Escola Básica e Integrada de S. Teotónio Advogado de 1991 a 1998, profissional liberal</p> <p>Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odemira de Janeiro de 1998 a Setembro de 2005 Membro da Assembleia Intermunicipal da AMLA - Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Membro da Assembleia Distrital de Beja de Janeiro de 1998 a Setembro de 2005</p> <p>Vice-Presidente da CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo de Setembro de 2005 a 31 de Janeiro de 2010 Membro do Conselho Consultivo do IEF, Conselheiro no Conselho Nacional de Educação, Representante no Conselho Geral da ADRAI, Administrador-liquidatário da Sociedade BejaPólis, Membro da Comissão Instaladora da Entidade Regional de Turismo do Alentejo, Membro da Comissão Instaladora da Entidade Regional de Turismo do Pólo de Turismo do Litoral, Membro da Comissão Instaladora da Entidade Regional de Turismo e do Pólo de Turismo do Alqueva de Setembro de 2005 a 31 de Janeiro de 2010</p> <p>Diretor-Executivo/Secretário-Geral da Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM de Maio de 2010 a Janeiro 2014.</p> <p>Funções atuais</p> <p>Administrador executivo da AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM, desde 14/02/2014.</p>
Rui Pedro Santos	<p>Data de Nascimento: 24/04/1975</p> <p>Formação Académica:</p> <p>Licenciado em Engenharia do Ambiente – Ramo Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa; Pós-Graduação em Técnico Superior de Segurança no Trabalho (Nível V);</p> <p>Percurso Profissional:</p> <p>Desde Março de 2006 até à data, desempenha funções de Gestão de empresas participadas, Técnico de Novos Negócios e Técnico Comercial na Empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.;</p>

F. S.

Identificação	Nota Curricular
	<p>Desde Setembro de 2014 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM, em representação da accionista SUMA, S.A.;</p> <p>Desde Agosto de 2014 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ECOLEZIRIA – Empresa Intermunicipal para Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, EIM, em representação da accionista SUMA, S.A.;</p> <p>Desde Agosto de 2014 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da RESILEI – Tratamento de Resíduos Industriais, S.A., em representação da accionista SUMA, S.A.;</p> <p>Desde Agosto de 2014 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da TRATOFOZ – Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A., em representação da accionista SUMA, S.A.;</p> <p>Desde Fevereiro de 2000 a Março 2006, desempenhou funções de Técnico Superior no Departamento de Gestão de Resíduos / Divisão de Resíduos Especiais no Instituto dos Resíduos (actualmente integrado na Agência Portuguesa do Ambiente).</p>

5.3.1. Funcionamento

5.3.1.1. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

Estatutos disponíveis nos serviços administrativos e Financeiros da AMBILITAL, EIM e no sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt).

5.3.1.2. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, às reuniões realizadas.

Foram realizadas 15 reuniões do Conselho de Administração em 2015.

5.4.1. Estrutura e divulgação das remunerações

5.4.1.1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração

Os membros do Conselho de Administração exercem os seus cargos de forma não remunerada, salvo decisão em contrário da AG, nos termos da alínea g) do nº 1 do art.º 10º dos Estatutos, tendo por limite o disposto nos nºs 3 ou 4 do art.º 25º, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

É responsabilidade da Assembleia-geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, nos termos legais e de acordo com limite estabelecido no nº3 do artº 30 da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

5.4.1.2. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração e outros benefícios a 31 de Dezembro de 2015

	AMAGRA		SUMA
	Presidente CA	Administrador Executiv	Administrador Executivo
Remunerações 2014	José Alberto Guerreiro	António Viana Afonso	Rui Pedro Santos
1.Remuneração			
1.1.Remuneração base/Fixa	-	-	-
1.2.Despesas de Representação	-	-	-
1.3.Redução decorrente da Lei 12-A (30-06-2010)	-	-	-
1.4.Redução decorrente da Lei 66-B/2012 (OE/13)	-	-	-
Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2-1.3-1.4)	-	-	-
2.Outras regalias e compensações			
2.1.Subsídio de refeição	-	-	-
2.2.Gastos na Utilização de Telefones	-	-	-
3.Encargos com benefícios sociais			
3.1.Regime de Proteção Social (Seg.Social/ADSE/CGA)	-	-	-
3.2.Seguros de Saúde	-	-	-
3.3.Seguro de Acidentes de Trabalho	-	-	-

f. J
R

5.5. FISCALIZAÇÃO

5.5.1. Composição

5.5.1.1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado

O órgão de fiscalização da sociedade é o Fiscal Único que é obrigatoriamente um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Foi designado pela Assembleia-geral da AMBILITAL a sociedade de revisores Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº28 e na CMVM sob o nº4681, NIF 501381171, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 1, 4050-610 Porto, representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro, ROC nº1009, NIF 151977372 com domicílio profissional no mesmo endereço, e como suplente Paula Saraiva e Manuel Pereira, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº79, NIF 502427850, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 4, 4050-610 Porto, representada por Ana Paula Monteiro Barbeiros Saraiva e Silva, ROC nº678, NIF 123875293, com domicílio profissional no mesmo endereço.

5.5.1.2. Qualificações profissionais do representante do Fiscal Único

Identificação	Nota Curricular
Jorge Marques Pereira Ribeiro	<p>Data de Nascimento: 08/10/1956</p> <p>Pós Graduação em auditoria pelo ISAG / PriceWaterhouseCoopers</p> <p>Licenciatura em Gestão Financeira</p> <p>Em 2003 passou a integrar a sociedade Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda.</p> <p>Em 1997 obteve a qualificação profissional de Revisor Oficial de Contas, passando a desenvolver a sua actividade, a partir de 1998 e sob contrato, na Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Carlos Teixeira & Noé Gomes, SROC.</p> <p>Desde 1994 até 1998 prestou colaboração independente no Departamento de Auditoria da firma, com ligações internacionais, JPA Portugal - Auditores, tendo iniciado a sua colaboração como auditor e evoluído progressivamente para as funções de responsável de processos.</p> <p>A sua actividade profissional de Revisão/ Auditoria de contas vem sendo desenvolvido em empresas e entidades integrantes dos diversos sectores da economia (com excepção da área financeira, que está a cargo de outro sócio), designadamente da indústria, do comércio, incluindo a grande distribuição, local (E.M. e E.I.M.) e autárquico, empresarial do estado e das entidades não lucrativas (associações, fundações, misericórdias, etc.).</p> <p>Para das funções de interesse público cometidas aos ROC, referidas acima, presta também outros serviços compreendidos nas competências destes nas vertentes de consultoria e assistência nas diversas áreas da gestão empresarial, nomeadamente em contabilidade, fiscalidade, planeamento e controlo, análise financeira, estudos de viabilidade económica e financeira, projectos de investimento ou de reestruturação, fusões e aquisições e avaliações, com observação estrita dos princípios éticos e de independência que regem a</p>

Identificação	Nota Curricular
	<p>profissão.</p> <p>Possuindo formação em área técnica industrial e frequência de Engenharia, até 1994 fez carreira na Indústria tendo desempenhado vários cargos técnicos e de Direcção, nomeadamente de produção e fabril, em diversas empresas do sector.</p>

5.6. Revisor Oficial de Contas

5.6.1. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

Fiscal Único – Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº28 e na CMVM sob o nº4681, NIF 501381171, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 1, 4050-610 Porto, representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro, ROC nº1009, NIF 151977372 com domicílio profissional no mesmo endereço, e como suplente Paula Saraiva e Manuel Pereira, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº79, NIF 502427850, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 4, 4050-610 Porto, representada por Ana Paula Monteiro Barbeiros Saraiva e Silva, ROC nº678, NIF 123875293, com domicílio profissional no mesmo endereço.

A Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº28 e na CMVM sob o nº4681 foi fundada em 1982, tem sede no Porto e escritórios em Lisboa.

- Sócia fundadora da *JPA International*, em 1987: uma rede de firmas independentes de Auditoria, Contabilidade, Fiscalidade e Consultoria;
- Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com o n.º 28 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com o n.º 4681;
- Membro, através da *JPA International*, do *Forum of Firms*, associação de firmas que realizam auditorias a nível multinacional.
- Conta com 6 ROC e 16 auditores;

5.6.2. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade.

17 anos

Handwritten signature/initials

5.6.3. Estrutura e divulgação das remunerações

5.6.3.1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização

Nome	Cargo	Remuneração Fixa	Remuneração Bruta Mensal	Remuneração Bruta Anual
Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda	Fiscal Único	952,00 €	952,00 €	11.424,00 €

A referida remuneração inclui os honorários e todas as despesas incorridas na realização da prestação de serviços de ROC e no desempenho das funções de Fiscal Único

6. GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

Principais Objetivos de Gestão	Execução	Cumprimento	Justificação Desvio	Informações Adicionais
Rentabilidade de 6,25%	Sim	>100%	-	-
Elaboração do PAPERSU da AMBILITAL para dar cumprimento à estratégia prevista no PERSU 2020;	Sim	100%	-	-
Candidatura da Operação "Ampliação e Optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem (UTMB) e de Combustível Derivado de Resíduos (CDR)" ao PO SEUR, cujo investimento previsto é de 4.999.655,40€;	Sim	100%	-	-
Candidatura da Operação "Optimização/Ampliação da Rede de Recolha Seletiva e Triagem Multimaterial" ao PO SEUR, cujo investimento previsto é de 4.056.457,30€.	Sim	100%	-	-
Operação em velocidade cruzeiro da Central de Valorização Energética, cujo investimento rondou os 350.000€;	Sim	100%	-	-
Construção da 3ª fase das lagoas de retenção de lixiviado, cujo investimento foi de cerca de 45.000€.	Sim	100%	-	-

7. OBRIGAÇÕES DE DIVULGAÇÃO

7.1. Planos de Atividade e Orçamento Anuais e Plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento

A AMBILITAL elabora anualmente o seu Plano de Atividades e Orçamento Anuais e Plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento, de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis, considerando a sua missão e objectivos fixados (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

7.2. Orçamento Anual e Plurianual

A AMBILITAL elabora Orçamento Anual e Plurianual, de acordo com os princípios de sustentabilidade (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

7.3. Documentos Anuais de Prestação de Contas

A AMBILITAL elabora os seus Documentos Anuais de Prestação de Contas, reportando esta informação aos accionistas e à AMAGRA. Os documentos anuais de prestação de contas permitem uma avaliação da actividade desenvolvida a fim de aferir o modo como foi prosseguida a missão, o cumprimento dos objetivos, a política social e o desenvolvimento sustentável (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

7.4. Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental

A AMBILITAL elabora os seus Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental de forma a acompanhar a execução orçamental trimestralmente, dando conhecimento deste ao accionista público AMAGRA, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de Agosto (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

8. DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Além da informação prevista no Decreto-lei nº133/2013 de 3 de Outubro, a AMBILITAL cumpre todos os deveres especiais de prestação de informação que lhe são exigidos, nomeadamente informação financeira e relativa a recursos humanos à DGAL, bem como disponibiliza no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) os seguinte informação prevista no artº43, nº2 da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, nomeadamente:

- a) Contrato de sociedade e estatutos;
- b) Estrutura do capital social;



- c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respectiva nota curricular;
- d) Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais;
- e) Número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;
- f) Planos de atividades anuais e plurianuais;
- g) Planos de investimento anuais e plurianuais;
- h) Orçamento anual;
- i) Documentos de prestação anual de contas, designadamente o relatório anual do órgão de gestão ou de administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do órgão de fiscalização;
- j) Plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão.

Tendo em vista o seu acompanhamento e controlo a AMBILITAL faculta atempadamente e de forma completa ao órgão executivo da AMAGRA os seguintes elementos:

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento;
- d) Documentos de prestação anual de contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental.

9. TRANSPARÊNCIA

A AMBILITAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e aos accionistas.

Cumprindo a sua missão e objectivos, a AMBILITAL como gestora do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, tem como obrigações principais:

-Explorar e gerir de forma integrada o sistema intermunicipal da AMAGRA que compreende a recepção, recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos urbanos, bem como a monitorização dos locais de deposição após o seu encerramento.

-Dar cumprimento ao plano estratégico de resíduos do sistema, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no PERSU II e PERSU 2020.

Assim, a gestão integrada territorialmente é a mais adequada à prestação do serviço que privilegia a sua verticalização de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços, devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no nº1 do art. 5º do DL nº194/2009, de 20/08, nomeadamente:

- a) A promoção tendencial da sua universalidade e a garantia da igualdade no acesso;
- b) A garantia da qualidade do serviço e da protecção dos interesses dos utilizadores;
- c) O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
- d) A protecção da saúde pública e do ambiente;
- e) A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afectos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- f) A promoção da solidariedade económica e social, do correcto ordenamento do território e do desenvolvimento regional.
- g) Princípio da sustentabilidade económica e financeira dos sistemas;
- h) Princípio do poluidor-pagador;
- i) Princípio da hierarquia das operações de gestão de resíduos;
- j) Princípio da responsabilidade do cidadão, adoptando comportamentos de carácter preventivo em matéria de produção de resíduos, bem como práticas que facilitem a respectiva reutilização e valorização.

Os princípios atrás referidos encontram-se vertidos no Contrato de Gestão Delegada e no Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos do Sistema Intermunicipal da AMAGRA gerido pela AMBILITAL.

10. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

No sentido de dar cumprimento à Recomendação aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção em 1 de Julho de 2009, sobre "Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas", a AMBILITAL tem implementado desde 2010 um Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas e elabora anualmente um relatório sobre a sua execução. Este documento foi divulgado e objecto de formação aos colaboradores da AMBILITAL de forma a dar cumprimento rigoroso à sua implementação. Estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sitio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt.

11. PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA

A AMBILITAL segue e tem disponível para consulta, no seu sitio da internet (www.ambilital.pt) e em papel nos serviços administrativos, o seu código de ética, que contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos, o qual é divulgado aos clientes, fornecedores e ao público em geral.

Os seus princípios orientadores são:

- Respeito pelos Direitos Humanos, dos Trabalhadores e igualdade de oportunidades
- Contra todas as formas de exploração
- Erradicação de toda e qualquer prática discriminatória
- Responsabilidade na protecção e defesa do ambiente
- Luta contra todas as formas de corrupção
- Assumpção da sua responsabilidade social

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e protecção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

12. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A AMBILITAL adotou de forma voluntária as preocupações sociais e ambientais nas suas operações quotidianas e na interacção com todas as partes interessadas. Contribuindo assim para a sociedade de forma positiva e gerindo os impactos sociais e ambientais da sua organização.

Neste âmbito a AMBILITAL tem em consideração, nas decisões que toma, a comunidade onde se insere e o ambiente onde opera, defendendo que o motor de desenvolvimento económico, tecnológico e humano, só se realizam plenamente quando consideram na sua actividade o respeito pelos direitos humanos, o investimento na valorização pessoal, a protecção do ambiente, o combate à corrupção, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e princípios éticos da sociedade em que se insere.

13. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DE IGUALDADE

A política de recursos humanos da AMBILITAL tem por objetivo promover a adequação permanente da atividade dos seus colaboradores à prossecução dos objetivos estratégicos e de negócio da empresa, assegurando a sua valorização e desenvolvimento profissional, e reforçando as suas competências técnicas e de gestão.

Em 2015 foram promovidas e financiadas pela AMBILITAL as seguintes formações:

- Plano de emergência nas Estações de Transferência e Ecocentros do Sistema de Gestão de Resíduos da Ambilital (8 horas) - 8 colaboradores – Entidade formadora: SERPLA.

- Operação de Retro-Escavadoras (8 horas) – 12 colaboradores – Entidade formadora: Manitou Portugal.
- Operação de Empilhadores Telescópicos (8 horas) – 6 colaboradores – Entidade formadora: Manitou Portugal.

13.1.Gestão do Capital Humano/ Balanço Social 2015

Número de Colaboradores		Antiguidade	
Nº de Colaboradores	53	< 1 Ano	0
Nº Médio de Colaboradores	49	1 - 2 Anos	7
Nº de Órgãos Sociais	0	3 - 5 Anos	12
Nº de Órgãos Sociais Executivos	0	6 - 10 Anos	13
		11 - 15 Anos	19
		> 16 Anos	0
		Antiguidade Média	8
Sexo		Rotação do Efectivo	
Feminino	12	Nº de Admissões	2
Masculino	39	Nº de Saídas	5
Estrutura Etária		Tempo de Trabalho	
< 19 anos	0	Potencial de Horas Trabalháveis	98.792,00
19 - 25 Anos	0	Horas Trabalhadas	92.275,10
26 - 35 Anos	12	Horas de Trabalho Suplementar	2.278,00
36 - 45 Anos	20	Horas não trabalhadas	2.777,50
46 - 55 Anos	11	Horas de Ausência	10.722,00
56 - 65 Anos	8		
> 65 Anos	0		
Média de Idades	43		

Handwritten signature or initials in blue ink.

Habilitações Literárias	
Ensino Básico (Inclui 1º, 2º e 3º Ciclo)	37
Ensino Secundário	10
Ensino Superior	4

Formação Profissional	
Nº de Acções	3
Total de Nº de Horas de Formação	24
Nº de Colaboradores Envolvidos	26

Tipo de Contrato	
Sem Termo	45
A Termo Certo	6
A Termo Incerto	0
Outro	0

14. PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) e nos Princípios de Bom Governo das Sociedades, em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de Abril na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração (CA) da AMBILITAL cumprem com as seguintes obrigações:

- a) Entrega junto da Inspeção-Geral de Finanças, da declaração do artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e nº1 do artigo 52º do Decreto-lei n.º.133/2013 de 3 de Outubro;
- b) Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar nº 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro);
- c) Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);

- d) Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- e) Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

PARTE III – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

O Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontra sujeita é o previsto no artº 54 e seguintes do Decreto-lei 133/2013 de 3 de Outubro).

2. AVALIAÇÃO SOBRE GRAU DE CUMPRIMENTO DAS PRÁTICAS DO BOM GOVERNO

A governação da AMBILITAL respeita as Práticas de Bom Governo das empresas do Sector Público Empresarial, aprovados pelo Decreto-lei 133/2003, de 3 de Outubro.

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento das Práticas de Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Sector Público Empresarial.

Missão, objetivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
-Cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido fixados, elaborar planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	Total	-A AMBILITAL cumpre a sua missão e os objetivos fixados. -Anualmente, são elaborados os planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis
• Proceder à enunciação e divulgação a) A composição da sua estrutura acionista; b) A identificação das participações sociais que detêm;	Total	-A divulgação destas obrigações é efectuada no Relatório e Contas Anual e/ou sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt).

F. J.
B

Missão, objetivos e princípios gerais de actuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>c) A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;</p> <p>d) A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;</p> <p>e) O grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correcção aplicadas ou a aplicar;</p> <p>f) Os planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;</p> <p>g) Orçamento anual e plurianual;</p> <p>h) Os documentos anuais de prestação de contas;</p> <p>i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;</p> <p>j) A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e aos accionistas.</p> <p>-Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</p>
<p>-Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, devendo elaborar anualmente um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências, de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro</p>	Total	<p>-A AMBILITAL cumpre na íntegra a legislação e regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, tendo um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.</p> <p>-Anualmente elabora o Relatório deste Plano e remete-o para o Conselho de</p>

Missão, objetivos e princípios gerais de actuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
		<p>Prevenção da Corrupção, bem como para o titular da função accionista (AMAGRA).</p> <p>-Os documentos acima referidos são publicados no sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt).</p>
<p>-Adoptar um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, procedendo à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral</p> <p>-Tratar com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.</p>	Total	<p>-A atividade da AMBILITAL é norteadada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</p> <p>-A AMBILITAL divulga e tem disponível para consulta o Código de Ética nos seus serviços administrativos e no sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt).</p> <p>-A AMBILITAL trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa, cumprindo na íntegra o Código da Contratação Pública e demais legislação aplicável.</p>
<p>-Prosseguir objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a protecção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL, sempre que possível, promove estágios solicitados pelas entidades formadoras da região, nomeadamente Escola Técnico profissional ETLA, empresas de formação e IEFEP (Programa de Formação para desempregados) enquadrado nos seus princípios de responsabilidade social e valorização profissional. A AMBILITAL cumpre a legislação relativa a protecção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.</p>

Missão, objetivos e princípios gerais de actuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>-Implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.</p> <p>-Adotar planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL aposta na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</p> <p>-A AMBILITAL promove a mobilidade interna, permitindo aos seus colaboradores conciliarem a vida profissional com a pessoal.</p> <p>-A AMBILITAL não faz qualquer discriminação para contratação e ocupação de lugares.</p>

Prevenção de conflitos de interesse

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>Os membros dos órgãos de administração das empresas públicas devem:</p> <p>-Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.</p>	Total	<p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.</p>
<p>-Se aplicável, no início de cada mandato, os membros dos órgãos de administração, declaram aos órgãos de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.</p>	Total	<p>-Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na AMBILITAL e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</p> <p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</p> <p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL comunicaram junto do Tribunal Constitucional a Declaração de Património e Rendimentos (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redação da Lei</p>

Prevenção de conflitos de interesse

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
		n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro) e à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março).
		-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL não detêm participações e interesses patrimoniais direta ou indiretamente na empresa.

Divulgação de informação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
-Todas as informações que, nos termos do decreto-lei 133/2013 de 3 de Outubro, estão sujeitas a divulgação pública são divulgadas no sítio na Internet da Unidade Técnica, o qual deve concentrar toda a informação referente ao sector público empresarial, sem prejuízo da divulgação no sítio na Internet da própria empresa.	Total	-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) as informações legalmente exigidas.
-No sítio na Internet das empresas do sector público empresarial consta, ainda, designadamente, informação financeira histórica e atual de cada empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais ou estatutários, bem como as respectivas remunerações e outros benefícios.		-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) informação financeira histórica e atual da empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, bem como as respectivas remunerações e outros benefícios.
-O sítio na Internet das empresas do sector público empresarial disponibiliza informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público, o modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.		-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público.
-O acesso a toda a informação disponibilizada no sítio na Internet das empresas do sector público		-O acesso à informação disponibilizada pela AMBILITAL no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) é livre e gratuito.

F. X
K

Divulgação de informação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
empresarial é livre e gratuito.		
-As empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo presente capítulo.	Total	-A AMBILITAL cumpre a apresentação anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não aplicável.

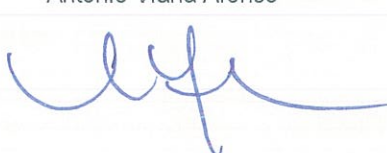
Ermidas Sado 23 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

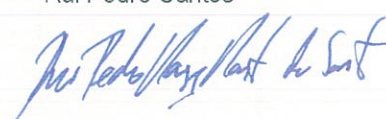
José Alberto Guerreiro



António Viana Afonso



Rui Pedro Santos



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CÓDIGOS DAS CONTAS (SNC)	Activo	Notas	EXERCÍCIOS	
			2015 31/dez/2015	2014 31/dez/2014
	Activo não corrente			
43+453+455-459	Activos fixos tangíveis	6	11.006.886,09	12.358.286,31
411+412+413+414-419	Investimentos financeiros	7	2.333.607,98	1.832.847,46
2741	Ativos por impostos diferidos		80.033,32	92.988,57
	Total do activo não corrente		13.420.527,39	14.284.122,34
	Activo corrente			
32+33+34+35+36+39	Inventários	10	7.350,10	28.582,37
211+212-219	Clientes	15	934.130,32	998.881,09
228-229-2713-279	Adiantamentos a fornecedores		0,00	744,67
24	Estados e outros entes públicos	14/19	249.159,93	633.101,35
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	15	298.787,92	324.432,15
281	Diferimentos	15	26.073,31	21.558,39
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	4	2.668.974,98	2.096.088,44
	Total do activo corrente		4.184.476,56	4.103.388,46
	Total do activo		17.605.003,95	18.387.510,80
	Capital próprio e passivo			
	Capital próprio			
51-261-262	Capital realizado	15	3.600.000,00	3.600.000,00
551	Reservas legais	15	507.871,90	449.513,70
552	Outras reservas	15	3.824.121,59	3.511.221,42
56	Resultados transitados	15	38.972,73	38.972,73
59	Outras variações no capital próprio	15	4.673.385,94	5.378.971,13
			0,00	
818	Resultado líquido do período		440.894,08	583.581,97
	Total do capital próprio		13.085.246,24	13.562.260,95
	Passivo			
	Passivo não corrente			
29	Provisões	12	1.201.168,64	1.201.168,64
25	Financiamentos obtidos	15	501.838,33	644.206,56
2742	Passivos por impostos diferidos	14	15.352,50	28.336,02
	Passivo corrente		0,00	
221+222+225	Fornecedores	15	74.658,91	81.206,43
24	Estado e outros entes públicos	14/19	91.692,87	26.273,33
264+265+268	Accionistas/sócios			
25	Financiamentos obtidos	15	140.930,84	138.896,86
282+283	Diferimentos	15	816.964,61	816.964,61
231+238+2711+2712+2722+278	Outras contas a pagar	15	1.677.151,01	1.888.197,40
	Total do passivo		4.519.757,71	4.825.249,85
	Total do capital próprio e do passivo		17.605.003,95	18.387.510,80

Ermidas Sado, 23 de fevereiro de 2016

Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

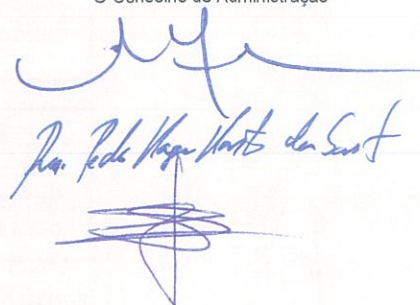
CÓDIGOS DAS CONTAS (SNC)		Notas	EXERCÍCIOS	
			2015	2014
Rendimentos e Gastos				
71+72	Vendas e serviços prestados	11	3.383.166,04	3.397.177,61
-61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-315.946,01	-345.072,64
-62	Fornecimentos e serviços externos	19	-706.759,14	-611.989,10
-63	Gastos com o pessoal	19	-917.384,78	-940.396,18
-651+7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-628,40	-668,91
78 (excepto 785)+7918+7928+7988	Outros rendimentos e ganhos	13/19	966.376,50	879.240,36
68 (excepto 685)-6918-6928-6988	Outros gastos e perdas	19	-381.915,82	-406.359,66
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		2.026.908,39	1.971.931,48
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-1.512.280,90	-1.440.420,85
	Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		514.627,49	531.510,63
7911+7921+7981	Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	19	-7.278,60	-15.930,54
811	Resultado antes de impostos		507.348,89	515.580,09
812	Imposto sobre o rendimento do período	14	-66.454,81	68.001,88
818	Resultado líquido do período		440.894,08	583.581,97

Ermidas Sado, 23 de fevereiro de 2016

Contabilista Certificado (Membro da OCC n.º 44556)



O Conselho de Administração



Dr. Pedro Miguel Martins da Silva



ambital
Sociedade por Quotas

Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM
Empresa Intermunicipal
Monte Novo dos Modernos - Ermidas Sado - Santiago do Cacém
Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém
NIPC 505 255 391
Capital Social: € 3.600.000

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes		4.144.483,00	3.841.342,22
Pagamentos a Fornecedores		-1.706.370,72	-1.707.575,49
Pagamentos ao Pessoal		-842.443,02	-801.039,89
Caixa gerada pelas operações		1.595.669,26	1.332.726,84
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-59.069,08	-59.133,72
Outros recebimentos/pagamentos		-3.500,00	
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		1.533.100,18	1.273.593,12
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-129.531,74	-2.333.861,26
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-3.066.964,61	-3.562.500,00
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		2.566.964,61	3.625.000,00
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		-3.433,44	1.009.452,05
Juros e rendimentos similares		34.197,64	33.075,71
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-598.767,54	-1.228.833,50
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		0,00	0,00
Financiamento obtidos			
Subsídios e doações			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		-140.334,25	-439.411,70
Juros e gastos similares		-8.788,25	-19.929,58
Dividendos		-212.323,60	-170.811,30
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-361.446,10	-630.152,58
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		572.886,54	-585.392,96
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.096.088,44	2.681.481,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.668.974,98	2.096.088,44

Ermidas Sado, 23 de fevereiro de 2016

Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)

O Conselho de Administração



ANEXO

O Anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e de relato financeiro.

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

1 - Identificação da entidade

A sociedade “AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, E.I.M.”, com sede em Monte Novo dos Modernos, Ermidas Sado, concelho de Santiago do Cacém, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém com o número de matrícula e de pessoa colectiva 505 255 391, foi constituída em 5 de Março de 2001, apresenta um capital social de 3.600.000 € e tem como objeto social a gestão do sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da sócia AMAGRA.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n° 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adoptadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

b) Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação contida nas demonstrações financeiras.

c) Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

Ativos intangíveis - Os ativos intangíveis, quando existem, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Ativos fixos tangíveis - Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Investimentos financeiros - Os investimentos financeiros evidenciados no Balanço estão registados ao custo de aquisição.

Imparidade de ativos - É efectuada, à data de balanço, uma avaliação das eventuais imparidades de ativos. Uma perda por imparidade é registada quando o montante pelo qual o ativo esteja contabilizado seja superior à sua quantia recuperável.

Locações - A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato - são considerados como contratos de locação financeira aqueles em que a sociedade

Handwritten signature and initials in blue ink.



detenha substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, independentemente da sua forma.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto, na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

Nesta data a empresa não tem em vigor nenhum contrato de locação.

Inventários – As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação).

Instrumentos financeiros

- (i) Cientes e outras contas a receber - São registados ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.
- (ii) Fornecedores e outras contas a pagar - São registadas ao custo ou custo amortizado.
- (iii) Financiamentos obtidos - Estão registados ao custo. São registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efectiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.
- (iv) Caixa e equivalentes de caixa - Estão registados ao custo. Inclui os valores em caixa, os depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

F.
P
P

Capital social – As quotas são classificadas no capital próprio, líquidas dos montantes de capital subscrito e não realizado

Subsídios e apoios do governo – Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

Provisões, ativos e passivos contingentes - A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões existentes estão mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação.

Regime do acréscimo - Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” ou “Diferimentos”.

Rédito – É registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços. É reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Imposto sobre o rendimento - A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os

F. J. S.

montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Os passivos por impostos diferidos foram calculados com base na taxa de imposto em vigor. No caso da AMBILITAL foi estimada uma taxa de 21% de IRC e 1,5% de derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

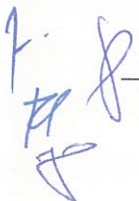
Benefícios dos empregados - Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de Férias e de Natal, isenção de horário de trabalho, diuturnidades, subsídios de turno, abono para falhas, prémios e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vence-se a 31 de Dezembro do respetivo ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos respetivos são reconhecidos similamente aos benefícios atrás referidos.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

Eventos subsequentes - Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMBILITAL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

a) Provisões e Passivos Contingentes

A AMBILITAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

b) Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.



4. Fluxos de caixa

- a) Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não há valores relativos ao caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso.

- b) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2015			31.12.2014		
		Quantias disp. para uso	Quantias indispon. para uso	Totais	Quantias disp. para uso	Quantias indispon. para uso	Totais
Caixa	Numerário	3 142,53		3 142,53	3 685,44		3 685,44
	Outros meios monetários	0,00		0,00	0,00		0,00
	Subtotais	3 142,53	0,00	3 142,53	3 685,44	0,00	3 685,44
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1 848 867,84		1 848 867,84	1 592 403,00		1 592 403,00
	Outros depósitos bancários	816 964,61		816 964,61	500 000,00		500 000,00
	Subtotais	2 665 832,45	0,00	2 665 832,45	2 092 403,00	0,00	2 092 403,00
Totais		2 668 974,98	0,00	2 668 974,98	2 096 088,44	0,00	2 096 088,44

5. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2015, a AMBILITAL é participada pela AMAGRA que detém 51% do capital da empresa e pela SUMA que detém 49%.

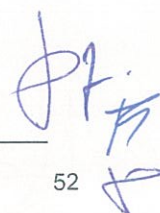
5.1 Remuneração do Pessoal chave da gestão

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, à semelhança do que sucedeu em 2014, os membros do Conselho de Administração não auferiram qualquer remuneração.

Não existem empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração.

5.2 Saldos e transacções com entidades relacionadas

Os principais saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:



5.2.1. Saldos:

(Valores em euros)

Entidade	Ano 2015		Ano 2014	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
AMAGRA		(1) 8.385,02		(1) 8.385,02
SUMA, S.A.		0,00		0,00

(1) 1 mês de renda

5.2.2 Transações

(Valores em euros)

Entidade	Rubricas	Exercício	
		2015	2014
AMAGRA	Aquisição de Serviços	(1) 81.805,08	(1) 81.805,08
SUMA	Aquisição de Serviços	0,00	0,00
TOTAL		81.805,08	81.805,08

(1) 12 rendas (ano)

6. Ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

F. B.

O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

b) Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usados

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

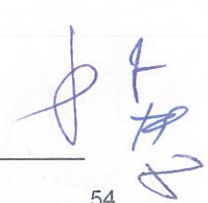
	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 25
Equipamento básico	8 - 14
Equipamento de transporte	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	8 - 12

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda / abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data daquela operação, sendo registadas na demonstração dos resultados, nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, respetivamente.

c) Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2015 e de 2014 foi o seguinte:





	2014					Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 01/01/2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	
Activo fixo tangível:						
Terrenos e recursos naturais	252 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252 000,00
Edifícios e outras construções	7 171 030,51	102 815,41	0,00	1 203 557,92	0,00	8 477 403,84
Equipamento básico	9 988 549,86	127 117,87	-3 346,44	1 649 277,50	0,00	11 761 598,79
Equipamento de transporte	18 181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18 181,19
Equipamento administrativo	123 333,69	3 905,00	0,00	0,00	0,00	127 238,69
Outros activos fixos tangíveis	211 809,29	4 115,00	0,00	0,00	0,00	215 924,29
Investimentos em curso	1 406 722,80	1 741 069,60	0,00	-2 852 835,42	0,00	294 956,98
	19 171 627,34	1 979 022,88	-3 346,44	0,00	0,00	21 147 303,78

Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1 983 270,49	369 128,24	0,00	0,00	0,00	2 352 398,73
Equipamento básico	5 024 290,56	1 066 070,53	-3 346,44	0,00	0,00	6 087 014,65
Equipamento de transporte	18 181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18 181,19
Equipamento administrativo	118 650,72	2 102,13	0,00	0,00	0,00	120 752,85
Outros activos fixos tangíveis	207 550,10	3 119,95	0,00	0,00	0,00	210 670,05
	7 351 943,06	1 440 420,85	-3 346,44	0,00	0,00	8 789 017,47

	2015					Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 01/01/2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	
Activo fixo tangível:						
Terrenos e recursos naturais	252 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252 000,00
Edifícios e outras construções	8 477 403,84	103 223,54	0,00	294 956,98	0,00	8 875 584,36
Equipamento básico	11 761 598,79	35 108,24	0,00	0,00	0,00	11 796 707,03
Equipamento de transporte	18 181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18 181,19
Equipamento administrativo	127 238,69	0,00	0,00	0,00	0,00	127 238,69
Outros activos fixos tangíveis	215 924,29	19 048,90	0,00	0,00	0,00	234 973,19
Investimentos em curso	294 956,98	3 500,00	0,00	-294 956,98	0,00	3 500,00
	21 147 303,78	160 880,68	0,00	0,00	0,00	21 308 184,46

Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	2 352 398,73	403 004,85	0,00	0,00	0,00	2 755 403,58
Equipamento básico	6 087 014,65	1 102 708,40	0,00	0,00	0,00	7 189 723,05
Equipamento de transporte	18 181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18 181,19
Equipamento administrativo	120 752,85	2 239,98	0,00	0,00	0,00	122 992,83
Outros activos fixos tangíveis	210 670,05	4 327,67	0,00	0,00	0,00	214 997,72
	8 789 017,47	1 512 280,90	0,00	0,00	0,00	10 301 298,37

Handwritten signature and initials in blue ink.

Os valores incluídos na rubrica de “Ativos em Curso” referem-se às seguintes rubricas:

Ativo fixo tangível em curso

(Valores em euros)

RUBRICAS	Valor
Cobertura zona armazenamento do composto	3.500,00
Total	3.500,00

No âmbito da transição para o SNC, reportada a 1 de Janeiro de 2010, a Empresa reviu as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis tendo concluído que um conjunto de viaturas pesadas apresentava contabilisticamente valores de depreciações acumuladas superiores aos que seriam adequados em função do seu estado de uso. Nesta conformidade, as amortizações acumuladas foram ajustadas retrospectivamente para que o seu valor contabilístico traduzisse as correspondentes novas vidas úteis esperadas. Tal procedimento teve um efeito positivo no Ativo e igual diminuição no Capital Próprio (Resultados Transitados) de 607.140 euros. No final do período, o montante da revalorização ainda não depreciado ascende a 67.875 euros.

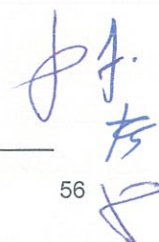
Adicionalmente foram revalorizados um conjunto de bens, que já se encontravam totalmente depreciados, cujo efeito no Ativo fixo tangível e nos capitais próprios foi de 118.340 euros. No final do período, o total do montante revalorizado encontrava-se totalmente depreciado.

7. Investimentos Financeiros

Os depósitos a prazo em instituições financeiras, com maturidade até 1 ano, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentam a seguinte liquidez:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Depósito a prazo 2014	1 895 000,00	0,00	-62 500,00	1 832 500,00
Depósito a prazo 2015	1 832 500,00	501 107,98	0,00	2 333 607,98

Embora, individualmente, as aplicações financeiras tenham uma maturidade inferior a 12 meses e como tal, sem outros condicionalismos, o saldo total deveria ser apresentado no ativo corrente, tratando-se de um fundo constituído para fazer face aos encargos com o encerramento e monitorização do aterro durante 30 anos o saldo está apresentado no ativo não corrente por ser esse o melhor enquadramento em função da sua maturidade, asserção que é sustentada pela característica qualitativa da “substância sobre a forma”.



8. Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o princípio do acréscimo (ver nota 19)

9. Imparidade de ativos

a) Quantia de perdas e reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período

Imparidades Acumuladas	31/dez/15	31/dez/14
Cientes		
Saldo a 1 de Janeiro	40 241,65	39 572,74
Perdas	628,40	668,91
Reversões	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo a 31 de Dezembro	40 870,05	40 241,65

10. Inventários

a) Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). O método de custeio usado é o custo médio ponderado.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor entre o custo médio de aquisição ou de realização.

b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:



	31/dez/15	31/dez/14
Materias primas subsidiárias e de consumo	7 350,10	28 582,37
	7 350,10	28 582,37
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	7 350,10	28 582,37

c) Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o custo das vendas evoluiu da seguinte forma:

	2015			2014		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	28 582,37	0,00	28 582,37	29 517,52	0,00	29 517,52
Regularizações (quebra)	-17 186,83	0,00	-17 186,83	0,00	0,00	0,00
Compras	311 900,57	0,00	311 900,57	344 137,49	0,00	344 137,49
Saldo final em 31 de Dezembro	7 350,10	0,00	7 350,10	28 582,37	0,00	28 582,37
Custo de vendas	315 946,01	0,00	315 946,01	345 072,64	0,00	345 072,64

11. Rédito

a) Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

Tal como descrito na nota 3 deste anexo, o rédito é registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestação de serviços. É reconhecido em resultados líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2015 e de 2014 foram como segue:

	2015			2014		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	773 844,65	0,00	773 844,65	786 495,88	0,00	786 495,88
Prestação de serviços	2 609 321,39	0,00	2 609 321,39	2 610 681,73	0,00	2 610 681,73
	3 383 166,04	0,00	3 383 166,04	3 397 177,61	0,00	3 397 177,61

12. Provisões e passivos contingentes

Conforme é referido na nota 3, a Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões para Outros riscos e encargos é como segue:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
29 - Provisões				
29501 - Selagem do aterro	713.806,09	0,00	0,00	713.806,09
29502 - Monitorização pós encerramento do Aterro	487.362,55	0,00	0,00	487.362,55
Total	1.201.168,64	0,00	0,00	1.201.168,64

Passivos Contingentes

No que concerne aos passivos contingentes, mantém-se, agora no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, uma reivindicação da Caixa Leasing e Factoring, do pagamento de facturas pela AMBILITAL, no montante de 1.504.540,11 euros, acrescido de juros de mora, relativas ao processo de insolvência o fornecedor ACORIL, exigência que não tem qualquer fundamento, dado que tais facturas foram pagas ao respectivo Administrador de insolvência a sua recomendação. Importa referir que as faturas correspondiam a trabalho de construção civil da sede da Empresa, efetuado ela ACORIL, sendo a cobrança das mesmas cedidas em regime de factoring à CLF. O processo anterior, (Proc. nº 711/13.0TVLSB) que transitou na 5ª Vara Cível de Lisboa, foi julgado a favor da Empresa nos termos seguintes:

"Em face do exposto julga-se verificada a excepção dilatória de incompetência absoluta do presente tribunal por serem competentes para o efeito os tribunais da jurisdição administrativa e, em consequência, absolve-se a Ré da instância.

Custas pela Autora.

Registe e notifique. A fim de permitir uma consulta mais correcta da estatística insira-se a baixa como absolvição da instância.

L.,29/11/2013"

Na sequência desta decisão referente ao processo supra enunciado, a Caixa Leasing e Factoring deu início a uma acção administrativa comum (Proc.º 1604/14.0BELSB) no Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com a reivindicação já acima descrita, do pagamento de faturas pela AMBILITAL, no mesmo valor de 1.504.540,11€,



acrescido de juros de mora. A AMBILITAL contestou a ação, tendo também iniciado uma ação de processo comum (Proc. nº 784/06.2TYLSB) no Tribunal da Comarca de Lisboa, Unidade Central, contra a Massa Insolvente da ACORIL, no valor de 1.478.007,49€, montante das faturas pagas à Massa insolvente, com o objectivo de se salvaguardar em relação aos pagamentos já efetuados.

13 Subsídios do governo

a) Política contabilística adoptada para os subsídios do governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas Demonstrações Financeiras

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos. No exercício não houve subsídios desta natureza.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

b) Natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas Demonstrações Financeiras

Em 31.12.2015, o saldo da conta "Outras variações no capital próprio", no total de 4.673.385,94 €, comporta o remanescente dos incentivos ao investimento ainda não transferidos para resultados e recebidos no âmbito dos programas de apoio (6.030.175,39 €), deduzido dos respetivos impostos diferidos (1.356.789,45 €).

As transferências para "Outros rendimentos e ganhos" das quotas-partes dos subsídios correspondentes às depreciações dos bens subsidiados no âmbito destes incentivos foram:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Imputação de Subsídios ao investimento	910 432,52	824 615,94
	<u>910 432,52</u>	<u>824 615,94</u>

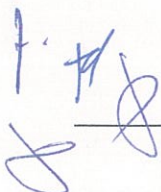
A AMBILITAL realizou 3 projetos que foram alvo de candidaturas no âmbito do PORA (QCA III), 1 projeto apoiado pelo POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN) e tem 7 projetos aprovados pela CCDR - Alentejo no âmbito do PORA / Inalentejo, os quais já se encontram em funcionamento:

- a) Projeto de investimento “Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro”;
- b) Projeto de investimento “Construção/adaptação da ETAL”;
- c) Projeto de investimento “Sistema de Monitorização de EcoPontos” que consiste em Investimentos complementares de equipamentos e software no Sistema de Recicláveis e investimento num sistema, em formato de experiência piloto, de recolha e encaminhamento de RUB's”;
- d) Projeto de investimento “Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos”;
- e) Projeto “Produção de Combustível Derivado do Resíduo”;
- f) Ecocentro de Sines;
- g) Automatização da Linha de Triagem;
- h) Optimização da Recolha selectiva;
- i) Aproveitamento do Biogás;
- j) Sistema de Recolha de óleos usados;
- k) Optimização da rede de recolha selectiva de vidro e implementação de rede de recolha selectiva de rolhas de cortiça;
- l) Construção de zona de armazenamento Triagem Automática.

Entretanto, em 2015, elaborou e submeteu duas candidaturas do POSEUR que aguardam decisão.

No que concerne ao Inalentejo, foram efectuadas reprogramações que conduziram a mudança da taxa de comparticipação financeira de cada projeto.

A totalidade dos projetos de investimento encontra-se totalmente realizados, sendo que 9 aguardam os pagamentos dos saldos finais pelas entidades co-financiadoras.



Para todos os projetos foram assinados contratos programa ou contratos de participação financeira.

Para o projeto “Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro” foram aprovadas participações de 70% por parte da CCDD e 10% por parte do INR (os 10% do INR não englobam a parte do projeto que diz respeito aos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro). Os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações do projeto são apresentados na tabela da página seguinte:

(Valores em euros)

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Amortizações acumuladas em 31-12-15	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2015	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
C.Triagem e Edif. Administrativo	1 610 648,90	1 205 867,75	628 347,15	52,11%	89 763,88	7,44%	661 678,88	30 053,66	425 777,41
Equipamentos C.Triagem e Edif. Administ.		674 509,63	472 156,74	70,00%	67 450,96	10,00%	674 509,63	4 616,58	539 607,70
Adapt.de ETL's e construção 2 ERAR's	2 252 000,00	1 823 491,71	1 094 483,72	60,02%	156 354,82	8,57%	934 539,50	62 541,93	641 054,75
Equipamentos das ETL's e ERAR's		369 897,09	164 982,57	44,60%	23 568,94	6,37%	369 897,09	0,00	188 551,51
Ecopontos	596 416,25	418 305,00	292 687,50	69,97%	41 812,50	10,00%	418 305,00	0,00	334 500,00
Viatura Multifunções		53 600,00	37 520,00	70,00%	5 360,00	10,00%	53 600,00	0,00	42 880,00
Viaturas	1 088 692,44	1 039 468,30	727 627,81	70,00%	103 946,83	10,00%	1 039 468,30	0,00	831 574,64
Campanha de sensibilização	204 059,29	221 949,95	142 841,50	64,36%	20 405,93	9,19%	221 949,95	0,00	163 247,43
Fiscalização	87 112,26	53 695,54	35 533,75	66,18%	5 076,25	9,45%	27 875,64	2 030,50	21 078,29
Estudo Económico/Financeiro	107 000,00	8 400,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8 400,00	0,00	0,00
Estudo dos Circuitos de Recolha		24 000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24 000,00	0,00	0,00
Equipamento de Transporte	94 500,00	94 500,00	66 150,00	70,00%	-	-	94 500,00	0,00	66 150,00
Camião articulado	170 600,00	170 600,00	119 420,00	70,00%	-	-	170 600,00	0,00	119 420,00
Contentores	21 750,00	21 750,00	15 225,00	70,00%	-	-	21 750,00	0,00	15 225,00
Queimador de Biogás	69 690,00	69 690,00	48 783,00	70,00%	-	-	69 690,00	0,00	48 783,00
Pá de Rastos	167 000,00	167 000,00	116 900,00	70,00%	-	-	167 000,00	0,00	116 900,00
Compressor	1 470,00	1 470,00	1 029,00	70,00%	-	-	1 470,00	0,00	1 029,00
Abrigo Sombreador	1 500,00	1 500,00	1 050,00	70,00%	-	-	1 500,00	0,00	1 050,00
Telas para Abrigo sombreador	1 086,25	1 086,25	760,38	70,00%	-	-	1 086,25	0,00	760,38
	6 473 525,39	6 420 781,22	3 965 498,13	-	513 740,11	-	4 961 820,25	99 242,68	3 557 589,12

Notas:

- A rubrica do investimento “Fiscalização” foi, em termos de mobilizado, incluída nas rubricas “C.Triagem e Edif. Administrativo” e “Adapt.de ETL's e construção 2 ERAR's”, ou seja, foi contabilizada na conta 422 e amortizada de acordo com estas últimas.
- No valor das quatro primeiras rubricas (2 empreitadas) e na rubrica “fiscalização” foram incluídos os valores referentes à revisão de preços apenas encerrada em 2006.
- Do valor executado da rubrica Equipamentos das ETL's e ERAR's foram retirados 49.307,50 referente à venda de 5 trituradoras de resíduos.
- Em 2008 foi efectuada uma reprogramação da candidatura o que originou o aumento do investimento elegível e consequentemente do valor participado. Dessa forma foi efectuado o registo contabilístico dessa alteração tendo sido transferido para o resultado do exercício o valor correspondente às amortizações dos equipamentos efectuadas em 2008, acrescido da correcção referente aos exercícios anteriores, uma vez que esta alteração (reprogramação) também afectou esses exercícios.
- Em 2011 a rubrica das viaturas foi corrigida no valor do subsídio transferido para o resultado do exercício e daí o valor negativo apresentado

O valor total da comparticipação aprovada, no valor de **4.479.238,24 euros**, encontra-se totalmente liquidada.

Para o projeto “Construção/adaptação da ETAL” foram aprovadas comparticipações de 68,46% por parte da CCDR e 9,78% por parte do INR. O projeto entrou em funcionamento em Junho de 2008 e os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações são os seguintes:

(Valores em euros)

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Amortizações acumuladas em 31-12-15	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2015	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
Construção/Adaptação da ETAL	750 000,00	749 959,86	513 439,26	68,46%	73 348,47	9,78%	568 719,97	58 678,81	444 980,99
	750 000,00	749 959,86	513 439,26	-	73 348,47	-	568 719,97	58 678,81	444 980,99

O valor total da comparticipação aprovada encontra-se totalmente liquidada.

Para o projeto “Sistema de Monitorização de Ecopontos” foi aprovada uma comparticipação de 50% por parte da CCDR. O projeto foi totalmente executado durante o primeiro semestre de 2008 entrando em funcionamento no segundo semestre e os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações são os seguintes:

(Valores em euros)

Rubricas da candidatura	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados		Amortizações acumuladas em 31-12-15	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2015	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%			
Software de gestão de frotas (1)	32 462,00	24 029,34	12 014,67	50,00%	24 029,34	0,00	12 014,67
Equipamento para georreferenciação de ecopontos e recolha de informação (1)	15 667,78	18 572,05	9 286,03	50,00%	18 572,05	0,00	9 286,03
Software de gestão de resíduos (1)	14 650,00	13 250,00	6 625,00	50,00%	13 250,00	0,00	6 625,08
Viatura de 19 ton para recolha de RUB's	165 000,00	154 000,00	77 000,00	50,00%	115 499,70	7 699,98	69 299,91
Contentores de 240 L e de 120 L	50 738,00	36 900,00	18 450,00	50,00%	36 900,00	13 17,87	18 450,18
Contentores de ecopontos	39 000,00	42 490,00	21 245,00	50,00%	42 490,00	1517,49	21 244,86
Adaptação das superestruturas de recolha de recicláveis	300 000,00	298 500,00	149 250,00	50,00%	223 875,00	14 925,00	134 325,00
Campanha de sensibilização	3 180,00	25 382,00	12 691,00	50,00%	25 382,00	0,00	12 691,00
	649 317,78	613 123,39	306 561,70	-	499 998,09	25 460,34	283 936,73

A comparticipação aprovada no valor de **306.561,70 euros** encontra-se totalmente liquidada.

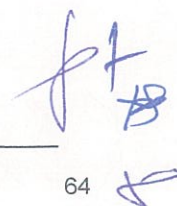
[Handwritten signature]

O projeto “Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos” aprovado no âmbito do POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN) no 2º semestre de 2008, previa um investimento de, aproximadamente, 5.166.566,68 euros e uma comparticipação no valor de **4.357.137,35** euros. Após uma reprogramação financeira apresentada, o valor total elegível passou para 5.090.960,47 € e o montante total da comparticipação para 4.327.316,21 €.

Para o projeto, em apreço, apresenta-se os respetivos subsídios e amortizações:

(Valores em euros)

Descrição	Valor do Ativo Imobilizado	Aprovado/ Elegível	Amortizações Acumuladas em 31/12/2015	Subsidio transferido para o resultado do exercício de 2015	Subsidio transferido para o resultado acumulado
FISCALIZAÇÃO EMPREITADA (FUNGISTEEL)	17 100,00 €	16 965,88 €	3 135,00 €	721,03 €	2 643,81 €
PROJECTOS DE EXECUÇÃO (1ª EMPREITADA)	4 980,00 €	4 941,16 €	913,00 €	210,00 €	770,00 €
TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EDIFICAÇÃO DE ESTRUTURA (IRMÃOS CAVACO)	2 072 069,20 €	2 055 817,42 €	379 879,28 €	87 372,23 €	320 364,86 €
TRABALHOS DA EMPRESA METROCOMPOST PARA FUNCIONAMENTO DA UTM	2 792 592,44 €	2 770 689,41 €	1 279 938,00 €	294 385,74 €	1 079 414,40 €
EMPILHADOR	73 700,00 €	73 121,95 €	45 020,80 €	10 354,79 €	37 967,58 €
VIATURA MERCEDES - BENZ 29-JB-59	127 500,00 €	126 499,98 €	46 750,00 €	10 752,49 €	39 425,81 €
CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO	43 264,00 €	42 924,67 €	0,00 €	0,00 €	36 485,97 €
TOTAIS	5 131 205,64 €	5 090 960,47 €	1 755 636,08 €	403 796,28 €	1 517 072,43 €



Em relação às últimas 7 candidaturas encontram-se executadas as 7 cujos valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações são os seguintes:

(Valores em euros)

Projeto	Rubrica da candidatura	Valor Aprovado	Valor do Investimento	Subsídios Contratados		Amortizações acumuladas em 31-12-15	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2015	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
				FEDER	%			
Recolha óleos	Viatura recolha oleos 94-JN-56	39 448,83	39 448,83	23 937,55	60,68%	19 066,92	2 393,75	11 569,80
Recolha óleos	Oleão Ecobox PF 360	41 625,00	41 625,00	25 258,05	60,68%	41 625,00	0,00	25 258,06
Recolha óleos	Depósitos p/ oleos alimentares c/ tampa 30 Lt	2 520,00	2 520,00	1 529,14	60,68%	2 520,00	0,00	1 529,13
Triagem automática	Equipamentos sistema triagem automática	694 500,00	735 000,00	395 865,00	53,86%	428 750,00	49 483,12	230 921,24
Rede de Biogás	Rede de Biogás	192 350,00	192 350,00	149 513,66	77,73%	50 091,00	9 344,58	38 935,74
Otimização das Redes de Recolha Seletiva	Viatura 96-ML-87	109 000,00	109 000,00	69 836,30	64,07%	42 691,51	6 983,60	27 352,44
Ecocentro de Sines	Viatura Iveco 93-MN-84	100 495,00	100 495,00	60 166,36	59,87%	37 685,70	6 016,65	22 562,43
Ecocentro de Sines	Trabalhos de Construção Civil	308 184,89	312 057,04	184 510,28	59,13%	46 808,64	9 225,53	27 676,59
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Viatura Volvo 93-NG-51	169 900,00	169 900,00	144 415,00	85,00%	50 969,88	14 441,47	43 324,41
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Viatura Volvo 93-NG-52	169 900,00	169 900,00	144 415,00	85,00%	50 969,88	14 441,47	43 324,41
Ecocentro de Sines	1 Bâscula	14 240,00	14 240,00	8 525,49	59,87%	5 339,88	1 065,66	3 196,98
Ecocentro de Sines	2 prensas com tremonha	50 975,00	50 975,00	30 518,73	59,87%	19 115,64	3 814,84	11 444,52
Ecocentro de Sines	9 contentores abertos de 30 m3	33 975,00	33 975,00	20 340,83	59,87%	14 554,80	2 904,65	8 713,95
Ecocentro de Sines	2 contentores fechados de 30 m3	9 550,00	9 550,00	5 717,59	59,87%	4 091,40	816,51	2 449,53
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	200 contentores para deposição de rolhas de cortiça	9 000,00	9 000,00	7 650,00	85,00%	7 499,40	2 549,80	6 374,50
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	100 contentores para deposição de embalagens de vidro	44 700,00	44 440,32	37 774,27	85,00%	37 029,90	12 590,17	31 475,42
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Construção Civil Ecocentro p/ fluxo de vidro	198 734,15	198 734,87	168 924,64	85,00%	24 841,80	8 446,21	21 115,53
Otimização das Redes de Recolha Selectiva	150 Ecopontos	189 599,65	189 599,65	121 476,50	64,07%	157 983,90	40 488,11	101 220,28
Otimização das Redes de Recolha Selectiva	Veículo lavagem de ecopontos	83 000,00	83 000,00	53 178,10	64,07%	20 750,10	5 317,84	13 294,60
Otimização das Redes de Recolha Selectiva	5 Prensas fixas	54 650,00	54 650,00	35 014,26	64,07%	13 662,60	3 501,45	8 753,63
Otimização das Redes de Recolha Selectiva	6 Contentores fechados de 30 m ³	27 600,00	27 600,00	17 683,32	64,07%	9 853,20	2 525,18	6 312,95
zona Triagem automática	Connstrução de zona Triagem automática	294 956,99	294 956,99	250 713,44	85,00%	14 747,88	12 535,70	12 535,70
		2 838 904,51	2 883 017,70	1 956 963,50	-	1 100 649,03	208 886,29	699 341,84



O projeto “Produção de Combustível Derivado do Resíduo” aprovado no âmbito do POVT – Programa Operacional de Valorização do Território (QREN), previa um investimento de 1.398.359,59 euros e uma comparticipação no valor de 1.188.605,65 euros, tendo, à data de 31 de dezembro, sido executados 1.250.095,45 euros.

Para o projeto em apreço apresentam-se os respectivos subsídios e amortizações:

(Valores em euros)

Descrição	Valor do Ativo Imobilizado	Aprovado/ Elegível	Amortizações Acumuladas em 31/12/2015	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2015	Subsídio transferido para o resultado acumulado
FISCALIZAÇÃO EMPREITADA (A. Cordeiro)	4 350,00	4 500,00 €	253,82 €	184,93 €	215,75 €
EXECUÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE	19 990,00	19 990,00 €	1 166,06 €	849,56 €	991,15 €
TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EDIFICAÇÃO DE ESTRUTURA	206 976,95	302 741,09 €	12 073,32 €	8 796,24 €	10 262,32 €
TRABALHOS DA EMPRESA ELECTROGRANDA	68 928,50 €	69 628,50 €	10 052,14 €	7 323,70 €	8 544,32 €
MITUBISHI CANTER DUONIC COM GRUA E GARRA 79-OE-72	66 500,00 €	78 500,00 €	7 758,38 €	5 652,53 €	6 594,62 €
CHASSIS DE CARGA VOLVO - 22-OE-44	108 000,00 €	128 000,00 €	12 600,00 €	9 180,00 €	10 710,00 €
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO - PLASMAQ	682 350,00 €	695 000,00 €	99 509,48 €	72 499,78 €	84 583,06 €
FORNECIMENTO E ADAPTAÇÃO SISTEMA DE TRATAMENTO - PLASMAQ	93 000,00 €	100 000,00 €	13 562,64 €	9 881,37 €	11 528,25 €
TOTAIS	1 250 095,45 €	1 398 359,59 €	156 975,84 €	114 368,11 €	133 429,47 €

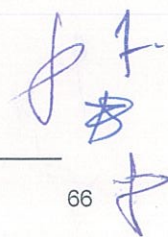
14. Imposto sobre o rendimento

a) Principais componentes de gastos de impostos

A estimativa de imposto corrente é de 66.483,08 euros em 2015 e foi de 56.868,59 euros em 2014 e inclui o IRC derivado da aplicação da taxa de 21% (23% em 2014), as tributações autónomas e a derrama. A estimativa de IRC de 2015 está afetada positivamente pelo efeito dos benefícios fiscais ao investimento previstos no RFAI, os quais ascenderam a 57.578,88 euros.

b) Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa se encontra fixada em 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.



Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		2015			2014		
		Base	Imposto		Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	1	-	440 894,08			583 581,97
	Gastos/(rendimentos) de impostos	2	-	66 454,81			- 68 001,88
	Resultado antes de impostos	3 = 1 + 2	3	507 348,89			515 580,09
Ajustamentos para o lucro tributável (Diferenças definitivas)	A acrescentar	4		64 299,46			210 933,19
	A deduzir	5		- 23 278,09			- 18 050,74
	A acrescentar	6					
	A deduzir	7					
Lucro/(Prejuízo fiscal)	8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7			548 370,26	21,00%		708 462,54
Dedução de perdas fiscais	9						
Matéria coletável / colecta	10 = 8 - 9			548 370,26	21,00%	115 157,75	708 462,54
Benefícios Fiscais	11					57 578,88	117 202,93
IRC Liquidado	12 = 10 - 11			548 370,26	21,00%	57 578,87	708 462,54
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma	13		6 786,57	10,00%	678,66	4 981,96
	Derrama	14		548 370,26	1,50%	8 225,55	708 462,54
Imposto corrente	15 = 12 + 13 + 14	3				66 483,09	56 868,59
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa	16 = 15 / 3	3	16 = 15 / 3	507 348,89	13,10%	66 483,09	515 580,09

c) Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

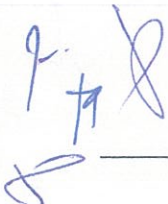
O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	2015	2014
Impacto na demonstração de resultados		
Passivos por impostos diferidos	12.983,52	31.881,90
Impacto no passivo		
Passivos por impostos diferidos	12.983,52	31.881,90

d) Ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:





	2015	2014
Impacto na demonstração de resultados		
Ativos por impostos diferidos	-12.955,25	92.989,00
Impacto no activo		
Ativos por impostos diferidos	-12.955,25	92.989,00

15. Instrumentos financeiros

a) Cientes

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os saldos de Clientes são registadas ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	2015	2014
	Ativo	Ativo
Clientes		
Clientes conta corrente	934 130,31	998 252,68
Clientes títulos a receber	0,00	0,00
Clientes letras descontadas	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	40 870,06	40 870,06
	975 000,37	1 039 122,74
Perdas por imparidade acumuladas	-40 870,05	-40 241,65
	934 130,32	998 881,09

F. B. P.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a decomposição da rubrica de Clientes de cobrança duvidosa, é como se segue:

Nome	Valor
LUIS MANUEL RAPOSO GONÇALVES	1.466,37
ACORIL EMPREITEIROS SA	34.819,74
ANTORGIL LDA	351,20
MILRAMOS	25,26
COMFRATONIO CONSTRUÇÕES, LDA	13,53
OLIVO	20,35
YAROSCAR SHEHERBJAX	270,24
MAQUISUSI, LDA	775,07
ENERSOPRO, LDA	536,24
DIESELBASE ENERGIAS RENOVÁVEIS	1322,88
MARIA ESTRELLA	1269,18
TOTAL	40.870,06

b) Outras contas a receber

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os saldos de Outras contas a receber são registadas ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<u>Corrente/ Não Corrente</u>	<u>Corrente/ Não Corrente</u>
Pessoal	600,00	603,39
Fornecedores	1 167,73	461,61
Subsídios (entidades gestoras)	284 619,25	93 150,10
Ativos por impostos diferidos	80 033,32	92 988,57
Devedores por acréscimo de rendimentos	5 195,47	6 159,87
Outros	7 205,47	224 057,18
	<u>378 821,24</u>	<u>417 420,72</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	<u>378 821,24</u>	<u>417 420,72</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 não ocorreram movimentos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores”.



c) Diferimentos

Em cumprimento do regime do acréscimo, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” ou “Diferimentos”.

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os saldos da rubrica “Diferimentos” foram como segue:

	2015	2014
Diferimentos (Ativo)		
Seguros	23 626,34	18 966,20
Outros gastos a reconhecer	2 446,97	2 592,19
	26 073,31	21 558,39
Diferimentos (Passivo)		
Operações de Selagem Aterro e Monitorização	816 964,61	816 964,61
Outros a reconhecer	0,00	0,00
	816 964,61	816 964,61

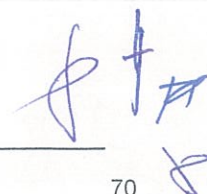
Os rendimentos a reconhecer resultam da alteração do procedimento contabilístico no âmbito das actividades futuras de selagem e monitorização do aterro após o encerramento cujos valores subjacentes foram provisionadas até 2007 e a partir dessa data foram contabilizados como rendimento a reconhecer.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos bancários obtidos estão registados ao custo. São registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efectiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 os saldos apresentavam-se como segue:

	2015		2014	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	501 838,33	140 930,84	644 206,56	138 896,86
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
	501 838,33	140 930,84	644 206,56	138 896,86



Os financiamentos são classificados como passivo corrente ou não-corrente, consoante o prazo estabelecido para o seu pagamento não é, ou é, superior a 12 meses após a data de encerramento.

À data do balanço não existiam situações de incumprimento em financiamentos contraídos.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores encontram-se registadas ao custo.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

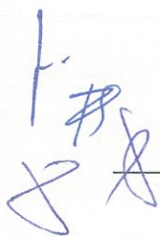
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	74 658,91	81 206,43
	<u>74 658,91</u>	<u>81 206,43</u>

f) Outras contas a pagar

Tal como comentado na nota 3 deste anexo, os saldos de “Outras contas a pagar” são registadas ao custo ou custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica “Outras contas a pagar”, evidenciada no passivo corrente e não corrente, tinha a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores de investimentos	44 203,48	0,00
Outros credores	1 357 201,34	1 561 970,99
Credores por acréscimo de gastos	275 714,90	326 225,32
Impostos diferidos	15 352,50	28 336,02
Cientes c/c	31,29	1,09
	<u>1 692 503,51</u>	<u>1 916 533,42</u>



g) Capital próprio

g.1) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2 quotas, num total de 3.600.000 €.

g.2) Reserva Legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Os estatutos da empresa consideram uma dotação de 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal sendo que é nesta percentagem que a dotação tem sido efectuada.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral, o resultado líquido de 2014 foi aplicado no reforço da reserva legal em 58.358,20 euros.

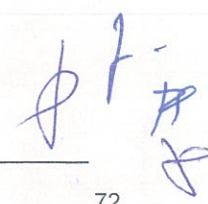
g.3) Reserva Livre

A reserva livre, cuja constituição foi decidida pelos sócios nas assembleias de aprovação de contas, pode ser utilizada livremente pelos mesmos.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral, o resultado líquido de 2014 foi aplicado no reforço da reserva livre em 312.900,17 euros.

g.4) Resultados transitados

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e os movimentos ocorridos são os seguintes:



Explicação/Conta	561	5694	5695	5696	5699	TOTAL
Saldos Iniciais 2015	-45 658,46	11 373,20	114 204,41	-12 691,00	-28 255,42	38 972,73
Remensuração ao Justo Valor	11 373,36	-11 373,36				0,00
Ajustamento depreciação acumulada	46 331,24		-46 331,24			0,00
Transferência do montante dos Imp. Dif.	-12 983,54				12 983,54	0,00
Transferência do montante dos Imp. Dif.						0,00
Saldos Finais 2015	-937,40	-0,16	67 873,17	-12 691,00	-15 271,88	38 972,73

Valores positivos = Valor credor / Valores negativos = Valor devedor (Valores em euros)

g.5) Outras variações de capital

A rubrica "Outras variações no capital próprio" refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Outras Variações do Capital Próprio	2015	2014	Varição 2014/2015
Subsídios Recicláveis 70% CCCR	926 160,80	1 064 342,00	-12,98%
Subsídios Recicláveis 10% INR	137 308,16	157 048,36	-12,57%
Subsídios RSU 70% CCCR	0,00	0,00	-
Subsídios UTM 70% POVT	2 810 243,77	3 214 040,05	-12,56%
Subsídios OVER 50% CCCR	22 598,31	48 058,71	-52,98%
Subsídios 57% CCCR - PORA	1 257 841,82	1 466 728,10	-14,24%
Subsídios 85% POVT - CDR	876 022,53	990 390,69	-11,55%
Impostos Diferidos	-1 356 789,45	-1 561 636,78	-13,12%
Total	4 673 385,94	5 378 971,13	-13,12%

Distribuições

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 atribuídos aos accionistas/sócios ascenderam a 212.323,60 euros.

16. Acontecimentos após a data do balanço

a) Autorização para emissão:

As Demonstrações financeiras preparadas pelos serviços foram aprovadas e subscritas pelo Conselho de Administração na data mencionada no Relatório de Gestão.



b) Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Após a data do Balanço, não foram recebidas quaisquer informações sobre factos suscetíveis de afectar as contas ou influenciar a sua apreciação.

17. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, a Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada.

18. Matérias ambientais

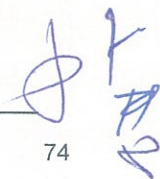
Apresenta-se de seguida os valores estimados e contabilizados dos custos a incorrer com a selagem do aterro e a sua monitorização após encerramento e respetivos ativos para fazer face a essa despesa:

(Valores em euros)

Especialização dos custos com a selagem e monitorização do Aterro após encerramento	Valor
Provisões - 2002	108.000,00
Provisões - 2003	221.805,71
Provisões - 2004	229.617,33
Provisões - 2005	224.560,98
Provisões - 2006	417.184,62
Diferimento de proveitos (2007)	453.846,70
Diferimento de proveitos (2008)	363.117,91
Total	2.018.133,25

(Valores em euros)

Activos para garantir a despesa	Valor
Deposito Bancário	2.333.607,98
Total	2.333.607,98



19. Outras informações

a) Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	155 504,41	96 435,33
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	93 655,52	536 666,02
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u>249 159,93</u>	<u>633 101,35</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	66 483,08	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	7 007,72	7 590,64
Segurança Social, CGA e ADSE	18 202,07	18 682,69
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u>91 692,87</u>	<u>26 273,33</u>

b) Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Conservação e reparação	-255 059,33	-210 985,60
Electricidade	-68 421,88	-83 543,13
Trabalhos especializados	-101 669,83	-56 382,55
Serviços bancários	-2 334,84	-3 734,01
Seguros	-34 627,94	-35 036,11
Combustíveis	-50 587,81	-58 733,90
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-33 773,34	-9 686,12
Despesas de representação	-2 066,33	0,00
Comunicação	-7 130,90	-7 468,79
Rendas e alugueres	-111 745,24	-93 156,96
Deslocações e estadas	-1 857,75	-1 035,06
Publicidade e propaganda	-1 393,00	-1 898,30
Material de escritório	-2 517,21	-3 168,98
Honorários	-11 830,67	-7 344,00
Limpeza, higiene e conforto	-5 247,72	-4 911,54
Outros	-16 495,35	-34 904,05
	<u>-706 759,14</u>	<u>-611 989,10</u>

[Handwritten signature]



c) Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	-707 085,31	-720 404,30
Seguro de ac. de trab. e doenças profissionais	-8 702,29	-9 182,28
Encargos sobre remunerações	-156 084,46	-159 477,59
Outros gastos com pessoal	-45 512,72	-51 332,01
	<u>-917 384,78</u>	<u>-940 396,18</u>

d) Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram como segue:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Rendimentos suplementares	12 922,60	639,00
Aliciações / Sinistros	1 745,44	4 285,00
Correcções relativas a períodos anteriores	8 042,68	3 086,83
Imputação do sub. para investimentos	910 432,52	824 615,94
Outros rendimentos e ganhos	0,02	17 861,11
Juros obtidos (nota 1)	33 233,24	28 752,48
	<u>966 376,50</u>	<u>879 240,36</u>



e) Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Impostos e taxas	-347 134,13	-314 556,65
Perdas em Inventários	-17 186,83	
Donativos	-4 500,00	
Quotizações	-11 000,00	-11 000,00
Correcções relativas a períodos anteriores	-1 673,74	-80 659,27
Outros gastos e perdas	-421,12	-143,74
	<u>-381 915,82</u>	<u>-406 359,66</u>

f) Juros e gastos similares obtidos e suportados

Os juros e gastos similares obtidos e suportados, nos períodos de 2015 e de 2014, tinham a seguinte composição:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-7 052,16	-14 805,00
Outros gastos e perdas de financiamento	-226,44	-1 125,54
	<u>-7 278,60</u>	<u>-15 930,54</u>

20 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

a) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A e INR/APA, no âmbito do Investimento na implementação do Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **99.242,63 euros**;

b) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A e INR/APA, no âmbito do Investimento no Sistema de Tratamento de Lixiviado do Aterro Sanitário, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **58.678,80 euros**.

c) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A, no âmbito do Investimento no projeto "Sistema de Monitorização de EcoPontos", e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **25.460,37 euros**.

d) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDRA-A, no âmbito dos projetos candidatados ao Inalentejo e que já se encontram em funcionamento foi de **208.886,29 euros**.

e) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pelo POVT/QREN, no âmbito do Investimento na implementação de uma Unidade de Tratamento Mecânico por Compostagem, revelado nas contas foi de **403.796,28 euros**.

f) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pelo POVT/QREN, no âmbito do Investimento na implementação de uma Unidade de Produção de Combustível Derivado do Resíduo, revelado nas contas foi de **114.368,16 euros**.

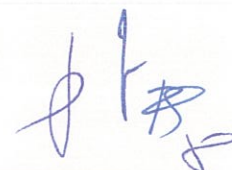
g) Foram considerados benefícios fiscais de acordo com as seguintes tabelas:

Benefícios Fiscais utilizados	Acréscimo de custos	Poupança IRC
Donativo - Estatuto do Mecenato (Decreto-Lei n.º 74/99)	0,00	0,00
Criação de emprego - EBF (Artigo 19º do EBF)	23.278,09	5.237,57
Redução da Taxa de IRC - EBF (nº1, alínea a) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Criação líquida postos trabalho - EBF (nº1, alínea d) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Amortizações - EBF (nº1, alínea c) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Benefício Fiscal (Quotizações)	0,00	0,00
Total	23.278,09	5.237,57

Benefícios Fiscais utilizados	Dedução à coleta de IRC	Poupança IRC
Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) (Decreto Lei nº 162/2014)	57.578,88	57.578,88
Total	57.578,88	57.578,88

h) O enquadramento legal desta empresa, durante o exercício de 2015 encontrava-se descrito na Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto (Regime Jurídico da Actividade Local e das Participações Locais) actualmente em vigor.

i) A empresa tem a sua situação regularizada perante os trabalhadores da empresa.



j) Compromissos

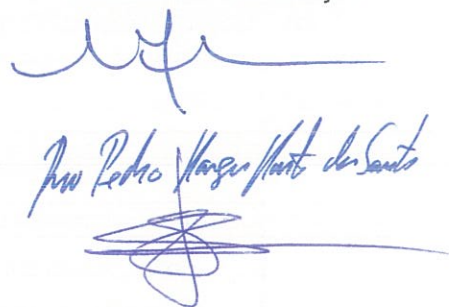
Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa possuía responsabilidades com uma garantia prestada a favor da Comissão Coordenadora e de Desenvolvimento do Alentejo, no valor de 82.500 euros, para além das registadas no balanço.

Ermidas Sado, 23 de fevereiro de 2016

Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)



O Conselho de Administração



João Pedro Marques Martins da Silva

DEMONSTRACIÓN INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2014

DESCRICÃO	Notas	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Inst capital	Prêmios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transferidos	Ajustamentos ad. financeiros	Excedentes revalorização	Outras variações capitais próprios	Resultado	Total
												líquido	Cap. Próprio
POSICIÓN NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	376.861,41	3.028.162,09	757.870,37	0,00	0,00	4.966.492,28	12.728.386,43	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	2,4												
Primeira adoção de novo referencial contábilístico													
Alteração de políticas contábilísticas													
Diferença de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente revalorizado ativos fixos tangíveis/intangíveis	10							7.526,25			228.642,76	236.269,01	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	17										184.836,11	184.836,11	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16												0,00
Reclassificação dos subidos ao investimento	17												0,00
Outras alterações	16												0,00
Aplicação de resultados do ano anterior	2	0,00	0,00	0,00	0,00	72.652,29	483.059,33	-556.711,62	0,00	0,00	413.478,87	0,00	421.104,42
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											583.581,97	583.581,97
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	15											583.581,97	1.004.656,09
Realizações de capital													
Realizações de prêmios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas	16							-170.811,27					0,00
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		-170.811,27
POSICIÓN NO FIM DO PERÍODO 2014	5	3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	448.513,70	3.511.221,42	38.972,73	0,00	0,00	5.378.971,13	583.581,97	13.562.280,95

DEMONSTRACIÓN INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015

DESCRICÃO	Notas	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Inst capital	Prêmios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transferidos	Ajustamentos ad. financeiros	Excedentes revalorização	Outras variações capitais próprios	Resultado	Total
												líquido	Cap. Próprio
POSICIÓN NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	448.513,70	3.511.221,42	622.564,70	0,00	0,00	5.378.971,13	13.562.280,95	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contábilístico													
Alteração de políticas contábilísticas													
Diferença de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente revalorizado ativos fixos tangíveis/intangíveis	14												
Ajustamentos por impostos diferidos	13												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15												
Reclassificação dos subidos ao investimento	15												
Outras alterações	15												
Aplicação de resultados do ano anterior	7	0,00	0,00	0,00	0,00	58.358,20	312.900,17	-371.258,37	0,00	0,00	-705.585,19	0,00	-705.585,19
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											440.894,08	440.894,08
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											440.894,08	-264.691,11
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	15											440.894,08	440.894,08
Realizações de capital													
Realizações de prêmios de emissão													
Distribuições	15							-212.323,60					0,00
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		-212.323,60
POSICIÓN NO FIM DO PERÍODO 2015	10	3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	507.871,90	3.824.121,59	38.972,73	0,00	0,00	4.673.385,94	440.894,08	13.085.246,24

Ermitas Sado, 23 de fevereiro de 2016

Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44566)



O Conselho de Administração



Paulo Roberto Magalhães



MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO DE 2015

Inmovilizado Corporeo	Investimento TOTAL	Investimento periodos anteriores	Previsto p/2015	Executado	Desvio	Justificação
Edifícios e Outras Construções	207 628,26	4 404,72	100 000,00	103 223,54	3 223,54	
Remodelação da ET Santiago do Cacém	29 510,03	0,00	0,00	29 510,03	29 510,03	Investimento que não constava em orçamento
Remodelação da ET Odemira	29 510,03	0,00	0,00	29 510,03	29 510,03	Investimento que não constava em orçamento
Remodelação da ET Grandola	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	-50 000,00	Investimento não realizado
Remodelação da ET Alcácer do Sal	54 404,72	4 404,72	50 000,00	0,00	-50 000,00	Investimento não realizado.
Aplicação tela lagos lixiviado	44 203,48	0,00	0,00	44 203,48	44 203,48	Investimento não previsto em orçamento
Equipamentos Exploração	2 872 840,00		701 000,00	9 840,00	-691 160,00	
Reboques	18 000,00	0,00	6 000,00	0,00	-6 000,00	Investimento não realizado
Equipamento Multitunções	75 000,00	0,00	75 000,00	0,00	-75 000,00	Investimento não realizado
Otimização da rede de recolha selectiva	0,00	0,00	300 000,00	0,00	-300 000,00	Foi elaborada candidatura em 2015 - subsídio ao investimento
Ampliação da UTM por Compostagem	0,00	0,00	50 000,00	0,00	-50 000,00	Foi elaborada candidatura em 2015 - subsídio ao investimento
Investimentos complementares CDR	0,00	0,00	100 000,00	0,00	-100 000,00	Foi elaborada candidatura em 2015 - subsídio ao investimento
Cestos de rede metálica revestida para papel/cartão/ Plástico e metal/ Vidro - produtores de pequena dimensão (30)	6 000,00	0,00	6 000,00	0,00	-6 000,00	Investimento não realizado (foi substituído por outro mecanismo efectuado com recursos próprios)
Automação da triagem de filme	2 000 000,00	0,00	50 000,00	0,00	-50 000,00	Investimento não realizado.
Otimização da recolha selectiva centros históricos e tradicional	750 000,00	0,00	100 000,00	0,00	-100 000,00	Investimento excluído em sede de Plano Estratégico
3 contentores polibotone	9 840,00	0,00	0,00	9 840,00	9 840,00	Investimento não previsto em orçamento
Vatura Ligeira	14 000,00	0,00	14 000,00	0,00	-14 000,00	Investimento não realizado.
Equipamento Administrativo	20 000,00		4 000,00	0,00	-4 000,00	
Mobiliário diverso	10 000,00	0,00	2 000,00	0,00	-2 000,00	Investimento não realizado.
Material Informático diverso	10 000,00	0,00	2 000,00	0,00	-2 000,00	Investimento concluído.
Outras Imobilizações	37 522,60		5 000,00	44 317,14	39 317,14	
Ferramentas e utensílios diversos	25 000,00	0,00	5 000,00	31 794,54	26 794,54	Investimento concluído. Foram efectuados investimentos não previstos em orçamento
Ecobags - campanha sensibilização	12 522,60	0,00	0,00	12 522,60	12 522,60	Investimento concluído.
Total do Investimento no Exercício	3 137 890,86		810 000,00	157 380,68	-652 619,32	

Ermidas Sado, 23 de fevereiro de 2016

Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 41556)

O Conselho de Administração

